

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
História Imediata, História do Tempo Presente e a Mídia.....	8
A revista Veja .....	12
A estruturação do trabalho .....	15
<b>CAPÍTULO 01 – O MASSACRE DO REALENGO: violência, bullying, islamismo e terrorismo .....</b>	<b>18</b>
O que é “bullying”? .....	21
Os veículos de comunicação e o bullying.....	23
A violência na sociedade contemporânea .....	25
A “Violência” Midiática” .....	28
O islamismo .....	29
O islamismo como sinônimo de terrorismo na revista Veja.....	30
Conclusões parciais .....	34
<b>CAPÍTULO 02 – O MASSACRE DO REALENGO NA REVISTA VEJA.....</b>	<b>35</b>
O massacre do Realengo na revista Veja .....	36
A construção de um monstro .....	37
Uso da Internet.....	38
A campanha contra o desarmamento .....	40
Uma semana depois do ocorrido em Realengo: os motivos do massacre .....	54
O bullying! .....	54
O Islamismo!.....	55
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>68</b>

## RESUMO

Neste trabalho de Monografia objetivamos analisar a maneira como a revista *Veja* divulgou o massacre do Realengo, ocorrido no Rio de Janeiro em 7 de abril de 2011. Este episódio possibilitou discutirmos a violência no ambiente escolar, além de focar a questão do desarmamento analisado por *Veja*, e situar como a revista se posicionou em relação ao islamismo. No primeiro capítulo destacamos as reflexões dos autores que orientaram nosso trabalho, para que possamos através dos mesmos, compreender os métodos e as técnicas que os setores de imprensa se apropriam para atingir seus objetivos na divulgação da informação. O capítulo se baseou na reflexão sobre questões como bullying, violência na sociedade contemporânea e islamismo e as formas com que estes temas são abordados pela imprensa brasileira. No segundo capítulo, destacamos como o massacre do Realengo foi divulgado pela revista *Veja*, analisando de forma crítica o discurso empregado por esse órgão de imprensa, com base nas reflexões dos autores que norteiam nossa investigação. Destacamos o impacto violento causado pelo ato de violência, não somente sobre a população do país, mas também sobre as autoridades constituídas da nação, reabrindo o debate sobre a questão do desarmamento, do uso da internet, do bullying e do islamismo. Neste sentido, procuramos demonstrar como a revista relacionou estes elementos em suas matérias bem como os recursos utilizados para encaminhar seus leitores e as autoridades responsáveis para agirem de acordo com o indicado por *Veja*.

Palavras-chave: *Veja*, Massacre do Realengo, violência na imprensa.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade baseada na desigualdade onde a imprensa tem se tornado o principal instrumento de divulgação do desenvolvimento socioeconômico e político nacional. Em seu discurso, a imprensa apresenta-se como neutra e imparcial em relação à informação transmitida e, ao mesmo tempo, possui capacidade de influenciar na eleição de governos e de incutir no público apoio para aceitar ou rechaçar a política pública, conforme lhe convier.

Partindo de uma análise sobre o poder de influência da mídia sobre o público, vemos a possibilidade de utilizar a imprensa escrita para desenvolver uma análise e reflexão sobre sua forma de anunciar, visto que a imprensa tem a capacidade de formar conceitos e conduzir massas sociais a partir dos seus enunciados.

A idéia de pesquisar o discurso da revista semanal Veja, da Editora Abril, sobre o caso de violência ocorrido na escola Tasso da Silveira, em 2011, no Rio de Janeiro, se originou de uma reflexão visando analisar como a mídia anuncia os fatos que provocam a comoção popular em nível nacional. Procuramos perceber como a imprensa noticia os acontecimentos que se destacam como marcantes na memória coletiva e que são anunciados de forma alarmante, procurando centralizar atenção do público em torno dos mesmos. Ao fazer isto, a imprensa seleciona – de acordo com o programa e projeto que o órgão defende – os fatos que devem ser conhecidos nesta “História Imediata”, sendo, portanto, um elemento atuante na construção da História. Neste sentido, se torna necessário que se problematize as formas como os meios de comunicação divulgam os fatos e procuram cativar a credibilidade do público leitor da informação em torno do assunto formulado pelo veículo de comunicação.

A violência no espaço social é amplamente divulgada pela mídia, procurando despertar a atenção do público. Percebe-se todo um profissionalismo no trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação. Não somente referente à forma da transmissão da notícia, mas na maneira de despertar a atenção do público para assuntos convincentes. A imprensa ao divulgar fatos do cotidiano, procura fazê-los de maneira convicta, e passa ao leitor essa convicção na sua forma de construir o discurso.

Os casos de violência em escolas representam um desafio a ser enfrentado pelos educadores. Ao trabalhar com a construção do conhecimento no desempenho da profissão, temos ciência de que ser professor também consiste em um trabalho de relacionamento social, de convivência com pessoas oriundas de diferentes espaços e tendências sociais, políticas e ideológicas. Isto aponta para a necessidade de conhecimento e maturidade para evitar/lidar com situações de conflito de convivência que possam surgir no decorrer do desempenho das funções como docente. Uma situação que, por sua vez, também traz o questionamento: por que ocorrem estes atos de violência em escolas?

Com o objetivo de compreender esta problemática, pesquisamos vários autores que pudessem orientar nossa reflexão sobre a violência enquanto consequência econômica e social e os discursos empregados pela mídia a respeito da divulgação de casos de violência em escolas. Neste intuito, procuramos ampliar também os conhecimentos sobre a concepção crítica de autores que já desenvolveram trabalhos acadêmicos sobre a revista *Veja*. Além de pesquisar livros de historiadores e pesquisadores que atuam especificamente na área de análise sobre mídia.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, sob uma visão crítica, o discurso de *Veja* sobre o caso de violência na escola de Realengo, no Rio de Janeiro. Procuramos refletir sobre a maneira de anunciar os fatos por parte de *Veja* e compreender sua posição ideológica através desse discurso.

O objetivo específico da pesquisa é situar como a revista divulgou o ato de violência e identificar os motivos disto. Frente a isso, a metodologia deste trabalho consiste na leitura das obras historiográficas, e do objeto de estudo, que é a *Veja*.

### **História Imediata, História do Tempo Presente e a Mídia**

A construção da memória e da História acontece nos atos e fatos do dia-a-dia, que de uma ou outra forma nos envolveram direta ou indiretamente. Somos envolvidos diretamente pelos fatos que acontecem no âmbito do nosso convívio. Somos envolvidos indiretamente pelos fatos que tomamos conhecimento por meio da mídia, que muitas vezes, abalam nossos sentimentos e nos conduzem a ações concretas.

Neste sentido, é relevante a análise crítica do historiador sobre a forma que a mídia divulga os fatos, considerando que a mesma não é neutra na sua forma de veicular os enunciados, pois traz embutidos os interesses dos grupos que a constituem. A atitude investigativa exercida pelo historiador sobre a questão em debate poderá propiciar uma forma mais coerente de compreender os fatos e de problematizar a atuação desses ditos veículos de comunicação que atuam como empresas interessadas em vender idéias e de coordenar a memória coletiva.

A História do Tempo Presente, a cada dia que passa, nos traz novos problemas e questões, que devem ser abordados a fim de identificarmos e compreendermos os “por quês” dos acontecimentos sociais. A história não é algo pronto e acabado, ela está em contínuo processo de transformação em decorrência da ação dos sujeitos sociais no tempo e espaço físico. Não devemos ser passivos diante do que nos é apresentado. É preciso produzir uma história crítica que apresente respostas às indagações que possam ser feitas.

A mídia divulga os fatos dando a impressão ao público – através da forma com que o discurso é construído e divulgado pelo veículo de comunicação – de que os mesmos são inquestionáveis. Segundo Gabriela Rodrigues, “A concepção fatalista da história paralisa toda resposta efetiva porque dá a impressão de que as coisas não podem ser de outra maneira, que o curso dos acontecimentos está fixado e não pode ser alterado por nenhuma ação” (RODRIGUES, 1999: 13).

O interesse pelos fatos do tempo presente por parte dos historiadores não é recente. Segundo Enrique Padrós, embora a partir dos anos 1980 tenham se intensificado as problematizações sobre análises históricas recentes, há ainda certa confusão sobre termos como História Contemporânea, História do Tempo Presente e História Imediata, que muitas vezes são utilizadas como sinônimos. No que se refere à História Contemporânea, é entendida como a história do sistema capitalista e suas contradições. Entretanto, neste período há elementos de ruptura que identificam a existência de subperíodos com lógicas diferenciadas. Segundo Padrós, é ao subperíodo atual, que denominamos História do Tempo Presente (HTP), que caracteriza o tempo presente na vida do historiador (PADRÓS, 2004: 200).

No contexto da História do Tempo Presente, encontra-se a História Imediata (HI), que corresponde aos fatos que ocorrem no instante. O imediatismo

da veiculação da informação foi proporcionado pelos avanços tecnológicos que permitem a informação simultânea ao evento, atingindo grandes massas populacionais. Neste contexto tecnológico, aproveitado principalmente pelos veículos de comunicação, há muitas vezes uma preocupação na quantidade de informação em detrimento da qualidade, sendo a informação construída de maneira fragmentada e excluindo, muitas vezes, elementos essenciais para sua compreensão. Segundo Padrós, a História do Tempo Presente surgiu mais em razão das pressões sociais do que de necessidades historiográficas, já que a ação midiática tem se tornado um eficaz meio, não somente para informar, mas para a difusão de modismos e estímulo ao consumismo (PADRÓS, 2004: 201).

A intervenção do historiador é necessária, como demonstra Gabriela Rodrigues,

No sentido de fornecer uma explicação crítica da realidade que está evidenciada, de forma mais explícita, na chamada História Imediata. Esta se realiza sob um prisma científico, constituindo-se num excelente instrumento de resistência à ditadura do Pensamento Único (RODRIGUES, 1999: 15).

Assim sendo, cabe ao historiador analisar a História do Tempo Presente com o objetivo de esclarecer a deturpação causada pelos meios de comunicação, “num questionamento político ao monopólio exercido pela mídia no intuito de responder às demandas sociais” (RODRIGUES, 1999: 19). As informações devem ser filtradas numa demonstração de resistência à passividade, principalmente no que se refere aos anúncios mais imediatos, vinculados pela grande mídia, que procura transmitir a notícia no intuito de informar e inculcar no sujeito receptor a subjetividade de quem construiu a informação (RODRIGUES, 1999).

Vivemos em um período histórico em que a conquista e a dominação se manifestam também pelos avanços tecnológicos, que tem na comunicação um meio de enquadramento, subordinação e manipulação. Neste contexto, cabe aos historiadores uma análise criteriosa em relação aos acontecimentos que se referem à História Imediata. Enrique Serra Padrós menciona que,

A História recente é, por essência, uma História em movimento e exige maior intervenção dos historiadores, elucidando dúvidas, preenchendo lacunas e articulando fragmentos até então desconexos, sem temer a falta de distanciamento temporal sobre os eventos e sem aceitar o falso dilema da neutralidade. Neutralidade é uma coisa, isenção é outra. O historiador não

precisa ser neutro (até porque isso já manifesta uma tomada de posição). Ele deve ser, rigorosamente, isento; assumir posição não desqualifica seu trabalho nem sua reflexão, muito menos falseia resultados. Enquanto ciência, a história visa a verdade. Enquanto ser político, o historiador, deixa de lado todo e qualquer dogmatismo, tem todo o direito de posicionar-se; mais, deve publicitar os valores que norteiam sua linha de pensamento sem afastar-se do rigor científico necessário para atingir seu objetivo maior, que é o elucidamento da verdade que perpassa seu objeto de pesquisa e de reflexão (PADRÓS, 1999:35).

Para melhor compreender esta discussão em torno da objetividade e subjetividade no jornalismo e na História, nos utilizamos de algumas reflexões de José Arbex Júnior e Perseu Abramo.

Segundo José Arbex Jr., no momento do registro de um evento de qualquer natureza, o emissor do enunciado passa ao receptor uma construção de história dentro da sua concepção cultural, caracterizando a emissão do subjetivo. O subjetivo sintetiza as características pessoais do sujeito emissor da informação, que repassadas ao público, deixarão marcas na memória coletiva (ARBEX JR., 2003:25).

Já a objetividade se situa no campo do conhecimento. Segundo Perseu Abramo,

A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele), no momento do conhecimento. A objetividade não é um apanágio nem do sujeito nem do objeto, mas da relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto, da observação, do conhecimento, do pensamento (ABRAMO, 2003: 39).

Abramo apontou para a necessidade de observarmos que a objetividade ou a subjetividade não existem em absoluto. “Há sempre elementos da subjetividade na objetividade e de objetividade na subjetividade. Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo na relação de apreensão do conhecimento real” (ABRAMO, 2003: 39). No entanto, há possibilidades concretas de se buscar a objetividade ou de tentar aproximar-se ao máximo dela. É importante reconhecer que a objetividade existe, caso contrário, permaneceremos na subjetividade. Segundo Abramo,

O conhecimento da realidade é tanto mais objetivo quanto mais o sujeito observador não se prende às aparências, procura envolver totalmente o objeto da observação, busca seus vínculos com o

todo ao qual pertence, bem como as interconexões internas dos elementos que o compõem, investiga os momentos antecedentes e consequentes no processo do qual o objeto faz parte, reexamina o objeto sob vários ângulos e várias perspectivas. Se o sujeito observador faz isso, tem grandes probabilidades de conhecer, com o máximo de objetividade possível, o objeto real em que está interessado. Se não faz, gradativamente cede terreno à subjetividade. Esta, é claro, prescinde desses requisitos e cuidados. No limite, a subjetividade prescinde do objeto. A objetividade, portanto, necessita de conhecimento, vontade, controle e método (ABRAMO, 2003: 40).

Em relação à neutralidade, José Arbex Jr. menciona que “não existe o observador neutro”. Testemunhar um evento é também construí-lo segundo o “aparelho psíquico” e a “formação social e cultural da testemunha” (ARBEX Jr., 2003: 35). Cada qual analisa o fato dentro de sua concepção de mundo, e cada testemunho produzirá sua versão sobre o fato. Ao narrar um fato, o sujeito observador, não o fará de forma neutra, pois a divulgação dos fatos carrega em sua essência o modo de “ver a realidade” de quem produziu o anúncio.

Neste sentido, ao trabalharmos com a História do Tempo Presente ou com a História Imediata, temos como compromisso a busca pela verdade. Para isto, o historiador possui ferramentas teóricas que lhe proporcionam o distanciamento crítico e a isenção. Como alertamos ao apresentar rapidamente as discussões em torno da objetividade e da subjetividade na produção do conhecimento histórico, a fórmula constituída pelo distanciamento temporal e pela neutralidade é enganadora e irreal. Neste sentido, o imediato, mesmo com suas peculiaridades, pode e deve ser analisado como qualquer período histórico. Além disso, esta discussão nos permite desmascarar a forma de produção da informação veiculada pela mídia que, ao contrário do que a maioria alega ser, não está livre da subjetividade.

### **A revista Veja**

Parte dos livros utilizados como bibliografias para ampliar nossa reflexão, estão situados no acervo da Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. No entanto, os livros direcionados às reflexões sobre imprensa e mídia ainda são bastante reduzidos. Nas obras levantadas e lidas para este trabalho buscamos identificar os focos centrais da crítica dos autores em relação à mídia e



suas formas de análise. Fazem parte também do acervo da biblioteca, as revistas que são objeto da pesquisa.

Nosso objeto de estudo é a revista semanal *Veja* que é publicada pela editora Abril. Temos o intuito de investigar o discurso e através dele procurar entender a linha ideológica que a revista expressa, considerando-a como instrumento que noticia, defende e encaminha ações de sujeitos concretos. Torna-se relevante compreender os posicionamentos defendidos em suas edições. A *Veja* vem atuando no campo da informação desde o ano de 1968, criada pelo jornalista Victor Civita. A mencionada revista atinge uma das maiores tiragens de circulação de exemplares em todo o território nacional, com repercussão nos mais diferentes meios sociais.

Entre os autores que trabalham com a revista *Veja*, temos como referência a historiadora Carla Luciana Silva, em especial sua tese de doutorado e seu livro “*VEJA: o indispensável partido neoliberal*”. Carla Silva demonstra nestes trabalhos a atuação de *Veja* como um partido neoliberal. Em sua análise sobre a revista, a autora coloca que “A revista *Veja* como instrumento de dominação tem tido uma ação muito mais eficiente do que os demais partidos políticos formais” (SILVA, 2008: 89). Esta menção demonstra a abrangência da informação e o poder de influência da revista sobre a formação de conceitos, competindo com estruturas políticas em nosso país. A *Veja* em seu discurso assume uma característica neoliberal, isto é, voltada para a economia de livre mercado (SILVA, 2008: 89). Ao descrever a influência de *Veja* no campo político, Carla Silva menciona que,

Do ponto de vista político, ela tem influenciado a história brasileira de muitas formas: impondo a aprovação de reformas na Constituição, exigindo privatizações, desestabilizando governos, mantendo ou excluindo ministros. Sempre quer aparecer como neutra, um vigilante do poder, o “quarto poder”. Ao mesmo tempo, ela tem buscado formular políticas, programas e projetos para o Brasil. O neoliberalismo, especialmente, teve na revista um precursor, ela agiu como seu ativo intelectual durante toda a década de 1990 (SILVA, 2008: 89).

Nos conteúdos dos artigos, reportagens e propagandas da revista *Veja*, estão embutidos conceitos de formação de um comportamento consumista e posicionamentos ideológicos de visão de um mundo neoliberal, que procuram envolver os cidadãos que tem acesso à revista. A autora menciona que, “A

dominação, no entanto, não estaria completa se não atingisse os aspectos mais fundamentais da vida humana: o cotidiano, a família, a saúde, os desejos humanos” (SILVA, 2008: 89). Esta menção destaca a abrangência da Veja sobre os mais diversos setores da vida social e familiar, atendendo a necessidade da formação de novos conceitos e educar seu público para o mundo sofisticado que ela apresenta.

Na sua crítica, a autora menciona que os meios de comunicação desempenham o papel de educadores: “as revistas e jornais educam, ensinam a se comportar, desinformam sobre a realidade política, colocando no seu lugar aquilo que convém aos órgãos de imprensa” (SILVA, 2008: 89). A autora deixa claro que os veículos de comunicação estabelecem uma dominação sobre a vida das pessoas, promovendo uma interferência em nossas vidas que passa quase despercebida, motivada pela aparente neutralidade que a imprensa assume.

A Veja, no direcionamento de suas diferentes divulgações, envolve aspectos relacionados à economia, televisão, esportes, mulheres, adolescentes, etc., inculcando na publicação de suas matérias o estímulo consumista e com isso impulsiona as vendas da revista e das empresas e produtos dos quais a revista faz propaganda. Há uma perspectiva da Editora Abril em criar um mercado consumidor a partir das propagandas da revista, além de estabelecer pelo seu discurso uma influência ideológica na forma de informar. Segundo Carla Silva,

A revista empenha-se em forjar uma visão de mundo, através de uma contra reforma moral e intelectual, o que ocorre no momento em que nem o Estado nem a Igreja, nem a escola conseguem ser “centro ativo e permanentemente ativo de uma cultura própria” (SILVA, 2008: 90).

A Veja produz sua visão de mundo procurando moldar conceitos dentro de seus interesses, na intenção de criar “uma nova realidade”, com a elaboração de um novo modelo de vida “onde o mundo define o homem”, ao invés de propor um mundo transformado pelo homem. Para Carla Silva não será possível a existência de uma “nova realidade” com a permanência inalterada das bases da sociedade e do sistema produtivo (SILVA, 2008: 90).

Outro autor importante que nos auxiliou para pensar a imprensa em nosso trabalho é Perseu Abramo, que analisa a grande mídia nacional com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições como,

(...) uma coluna de sustentação de poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciada pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ABRAMO, 2003:08).

O autor compara a mídia a um partido político que se apresenta como defensor da sociedade civil, quando defende os interesses dos seus proprietários e dos patrocinadores. O objetivo do autor consiste em construir uma análise crítica sobre a mídia, enaltecendo a necessidade do público que recebe a informação, em aprender a “ler” a mídia e perceber o conteúdo implícito embutido em seus enunciados.

Abramo, ao abordar a manipulação na grande imprensa, destaca os interesses políticos que estão por traz da informação, analisando o modo pelo qual a apresentação dos fatos reais são manipulados pelos veículos de comunicação. A imprensa passa uma realidade aparente, na verdade, uma deformação do fato concreto, a exemplo de um “espelho deformado”, onde a imagem do objeto refletido não corresponde à imagem real do objeto. Segundo Abramo, a manipulação pode ocorrer por diversas formas, mas isto não quer dizer que todas as informações sejam manipuladas. A grande mídia se apresenta como divulgadora da verdade, o que facilita a manipulação da informação, na intenção de formar consenso em torno do assunto veiculado.

### **A estruturação do trabalho**

No primeiro capítulo apresentamos aquele que é o elemento detonador da investigação do nosso trabalho: o trágico episódio do “massacre do Realengo”, onde o jovem Wellington Menezes de Oliveira invadiu uma escola e tirou a vida de 12 crianças. Fato este que chamou a atenção da população de todo o país, principalmente a sociedade carioca, e que foi amplamente divulgado em caráter nacional, pela mídia e pela imprensa. Uma tragédia, até então sem precedentes no Brasil, somente comparada ao massacre de Columbine, nos Estados Unidos. Para aprofundar o tema em questão, nos orientamos a partir de vários autores

empenhados em debater as origens sociais e econômicas detonadoras da violência em escolas.

Um dos elementos significativos presentes no caso do “Massacre do Realengo”, é a questão do bullying, indicado pela mídia como um dos fatores causadores da tragédia, visto que o criminoso teria sofrido perseguições na escola no período em que estudava. Nesta perspectiva, apresentamos a reflexão de vários cientistas sociais que buscam investigar as origens do bullying, e que norteiam este trabalho a partir de suas conclusões. Para combatê-lo seria suficiente investir em programas de educação de comportamento para crianças e jovens? Os autores que orientam o presente trabalho ampliam essa discussão e vão muito além de um programa de educação, focando as questões sociais, econômicas e culturais, sobre as quais está estruturada nossa sociedade.

A imprensa inicialmente destacou a possibilidade de Wellington estar envolvido com extremistas islâmicos, visto que em seus pertences foram encontradas anotações com referências ao islamismo. Neste sentido, embasado na orientação de autores, procuramos investigar como Veja se posiciona em relação ao islamismo. Deixando claro que nosso propósito é investigativo no sentido de perceber o discurso da revista em relação ao mesmo, não cabendo a este trabalho realizar uma análise criteriosa dos princípios islâmicos nem fazer apologia religiosa.

Tratamos também, neste primeiro capítulo, a questão da violência em nossa sociedade, que persiste desde os períodos coloniais. Torna-se relevante refletir as origens da violência no espaço social e perceber como a mídia e a imprensa divulgam a violência, no intuito de perceber os significados embutidos na veiculação da informação. Neste sentido, em relação ao massacre do Realengo, é relevante analisar quais as explicações imediatas fornecidas por Veja, que é nosso objeto de pesquisa, na tentativa de explicar a origem desta violência. Para compreender este contexto, destacamos vários autores/pesquisadores do setor midiático, que nos possibilitam construir uma reflexão adequada, nos auxiliando na compreensão do tema em debate.

O segundo capítulo é dedicado à análise das fontes. Nele objetivamos demonstrar como Veja relatou em suas matérias o massacre do Realengo. A trajetória de vida de Wellington Menezes de Oliveira foi exposta em detalhes nas

reportagens da revista, na procura de explicações imediatas que pudessem identificar as origens causadoras deste ato de violência. Foi possível detectar que a revista, assim como os demais veículos de informação, procurou destacar principalmente o bullying sofrido por Wellington e seu possível envolvimento com grupos extremistas islâmicos. Na procura de culpados pela transformação e comportamento de Wellington, Veja apontou o uso da internet como base de orientação por parte do criminoso, destacando as semelhanças com o massacre de Columbine.

O massacre do Realengo trouxe à tona, por parte das autoridades governamentais, o debate sobre desarmamento, como medida preventiva à violência. Para Veja a culpa da violência não seria das armas, mas do atirador, posicionando-se contra o desarmamento. Neste sentido procuramos investigar os significados embutidos no posicionamento de Veja, em relação à campanha do desarmamento.

As edições de Veja de 2011, anteriores ao massacre do Realengo, traziam reportagens que tratavam de ações de extremistas islâmicos em outros países. Inclusive a edição anterior ao massacre do Realengo trazia ampla reportagem e bem retratada capa, sobre a presença de grupos extremistas, que teriam o Brasil como base para aliciamento de militantes para ações extremistas. Veja menciona que a investigação policial não encontrou vínculos de Wellington com grupos islâmicos, mas fez questão de mencionar este possível envolvimento. Isto chamou nossa atenção, e nos empenhamos em pesquisar os motivos que levaram a revista Veja a cogitar esta possibilidade.

## **CAPÍTULO 01 – O MASSACRE DO REALENGO: violência, bullying, islamismo e terrorismo**

O “massacre de Realengo” foi o crime de homicídio ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro – Brasil, em 7 de abril de 2011. Na ocasião, um jovem de 23 anos de idade, chamado Wellington Menezes de Oliveira, entrou na escola dizendo que iria dar uma palestra. Ao chegar a uma sala de aula da 8<sup>o</sup> série, com alunos entre 12 a 14 anos, começou a atirar contra os estudantes. O atirador tirou a vida de 12 alunos e de uma professora. Após o cerco policial, o assassino foi morto. Um vídeo de circuito interno mostrou as imagens que foram amplamente divulgadas pela mídia e a imprensa.

Wellington de Oliveira foi investigado a partir de registros que deixou na internet e em vídeos, que demonstrariam que o crime teria sido premeditado. Os relatos deixados em vídeos pelo atirador foram interpretados por grande parte da imprensa e por especialistas da área como sendo indícios de que Wellington vinha sofrendo Bullying. A princípio, os noticiários apresentaram o fato sobre os mais diversos aspectos, acusando o criminoso de envolvimento com extremismo religioso. Com a investigação policial, pouco a pouco o crime se elucidou e vários anúncios espalhafatosos ficaram esclarecidos. O massacre no colégio do bairro Realengo no Rio de Janeiro, não tem precedentes no Brasil.

A tragédia recebeu destaque jornalístico comparado ao massacre de Columbine, ocorrido nos Estados Unidos, quando em 1999, dois estudantes mataram 13 colegas e feriram outros 25 da instituição.

A chacina ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, provocou grande comoção e indignação pública. Fatos como este, que vitimou crianças inocentes, evocam muitas indagações da sociedade. Além de despertar sentimentos, motiva o alarde da mídia na busca por explicações para o acontecimento.

A autora Ana Flávia C. Ramos questiona: como compreender a atitude de Wellington Menezes de Oliveira? É certo que nunca saberemos exatamente “o porquê” desse ato de crueldade, em atirar contra as crianças, que em sua maioria eram meninas. Ana Flávia Ramos apresenta a descrição fornecida pelos

“cientistas da tragédia”<sup>1</sup>, caracterizando Wellington como tímido, solitário, filho adotivo, “usuário” constante do computador (a “droga” dos tempos modernos segundo os analistas), islâmico, fanático, fundamentalista, portador do vírus da AIDS e, provavelmente, vítima de bullying na escola.

A autora chama atenção para a habitual justificativa em casos de violência, “que elege o bullying como um dos fatores que podem desencadear esse tipo de ato violento” (RAMOS, 2011). Seria unicamente o bullying a justificativa, ou haveriam reflexões mais amplas capazes de esclarecer as motivações que explicariam as práticas dos atos de violência? Neste contexto se justifica a necessidade do debate sobre o problema que aflige muitos alunos em escolas que são vítimas de perseguições e humilhações.

Ramos observa que,

Wellington matou mais meninas na escola carioca. Se, por um lado, jamais saberemos as reais razões que o fizeram agir dessa forma, por outro sabemos o quanto a sociedade brasileira tem sido, no mínimo, indulgente com atos de intolerância, machismo, ódio e preconceito contra mulheres, negros e homossexuais (RAMOS, 2011).

A autora aponta para a necessidade de refletirmos sobre a discriminação contra as ‘minorias’ ou os “diferentes” aos padrões sociais estabelecidos. A tragédia do Realengo abre espaço para debater as bases da sociedade brasileira, e sua postura ideológica social. O caso do Realengo pode não estar diretamente relacionado às motivações mencionadas, mas nos ajuda a pensar a origem, a motivação das reações violentas de algumas pessoas, que chegam a uma situação de uma revolta interior extrema (RAMOS, 2011).

Ramos acrescenta,

Não adianta culpar o bullying, achando que ele é um problema de jovens, um problema de escolas. Não adianta grades e detectores de metal nas entradas ou proibição da venda de armas. Como professora, sei que os alunos reproduzem em sala nada mais é do que ouviram da boca de seus pais ou na mídia (RAMOS, 2011).

A autora conclui que as ações violentas se desenvolvem no ambiente social. A sociedade e o espaço familiar constroem esse comportamento, que é refletido nas atitudes das crianças e jovens. O que acontece no ambiente escolar

---

<sup>1</sup> Referindo-se ao juízo dos divulgadores sobre o atirador que praticou o massacre de Realengo.

é prolongamento daquilo que é construído na sociedade, que elege padrões de comportamento a serem seguidos. Para Ana Flávia Ramos, culpar o bullying como origem da violência não é a solução, visto que ele se origina a partir de uma prática social, orientada pelo preconceito (RAMOS, 2011).

O bullying vem sendo tratado como um problema independente da realidade política, econômica e social. Como afirma Ramos, a mídia e a sociedade estimulam a violência, e os infratores que violam os direitos individuais nem sempre são punidos adequadamente. O que ocorre nas escolas nada mais é do que uma reprodução de comportamento e atitudes que as crianças ou jovens viram e ouvem no espaço social, e de conceitos comportamentais e ideológicos que aprenderam no ambiente familiar.

A violência em âmbito escolar, mais conhecida como bullying, vem chamando a atenção das autoridades e pesquisadores, caracterizando uma grande preocupação das sociedades industrializadas. A mídia procura explicar os massacres em escolas como uma reação de vítimas de bullying, sugerindo que tais tragédias são uma resposta extremada e violenta às humilhações, agressões e preconceitos sofridos no espaço escolar. Esta explicação parece muito restrita. A mídia, ao explicar o massacre do Realengo, focou de imediato que o autor sofreu bullying. Partindo dos autores que norteiam nossa reflexão, esta análise foi um procedimento taxativo, que impediu uma reflexão mais ampla sobre os demais fatores detonadores de um ato de extrema violência. Deborah Antunes e Antonio Zuin mencionam que,

O conceito de bullying parece exercer o papel de adaptação, ao classificar a barbárie, e pretensamente controlá-la por esta via. O conceito de bullying coloca tudo em seu lugar, tenta arrumar e justificar tudo aquilo que fere a ideologia democrática e acaba por mascarar as tensões sociais e contradições que estão na base da própria barbárie (ANTUNES, ZUIN, 2008: 40).

Para os autores, o indicativo do bullying serve para mascarar o caráter autoritário e violento persistente na sociedade capitalista, que impõe padrões de comportamentos, visto que todos os que praticam bullying o praticam contra aqueles considerados fora dos padrões sociais ou culturais dominantes.

No caso do Realengo além do bullying, um dos elementos elencados como desencadeadores do ato de violência foi o fato do autor do crime ser adepto do



islamismo. Neste sentido, este capítulo pretende refletir sobre a forma com que os veículos de comunicação têm tratado o bullying e o islamismo e os papéis que estas explicações/designações exercem na sociedade capitalista.

### **O que é “bullying”?**

A violência nas escolas é ainda uma questão recente nos debates e estudos acadêmicos brasileiros. Os primeiros trabalhos datam da década de 1980. No entanto, os pesquisadores avaliam a violência escolar como um fenômeno antigo que se manifesta em todo o mundo, configurando um grave problema social. O comportamento “alterado” é qualificado pelo senso comum como ato de indisciplina ou delinquência, mencionado como problemas de relacionamento entre professor e aluno, ou manifesto por comportamento recíproco entre alunos. A estes comportamentos de violência na escola atribuem-se conceitos como “conduta anti-social”, “distúrbio de conduta” e “bullying”. Estes conceitos foram construídos a partir de estudos realizados em diversas partes do mundo (ANTUNES, ZUIN, 2008: 34). Pretendemos debater e analisar neste espaço, uma das violências que se convencionou chamar no mundo todo como “bullying”.

Bullying é uma denominação de origem inglesa, surgida na Noruega na década de 1970, e que se expandiu para a maioria dos países. Bully traduzido significa valentão, tirano. O bullying destaca-se entre os temas mais debatidos da atualidade e, a partir desta problemática, surgem os mais diversos posicionamentos na tentativa de explicar as causas deste “fenômeno”, como denominam alguns cientistas sociais (ANTUNES, ZUIN, 2008: 34).

O bullying, com maior incidência no espaço escolar, identifica-se através de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir. Qualificado como um comportamento que ocorre entre colegas sem motivo aparente, é caracterizado pela intenção contínua de ações agressivas contra a mesma vítima. Este comportamento discriminatório é aplicado contra pessoas com características físicas, sócio-econômicas, de etnia ou orientação sexual específicas.

Deborah Christina Antunes e Antônio Zunin, afirmam que a função do bullying, para aquele que o pratica, é a realização de afirmação de poder

interpessoal mediante a agressão, visto que os autores do bullying agem por dois motivos: como demonstração de poder e para se impor e liderar um grupo. Estes comportamentos, segundo os pesquisadores, seriam decorrentes de fatores econômicos, sociais e culturais, que estariam relacionados ao comportamento do indivíduo, ao modo de vida familiar, comunitário, com os colegas e na escola, ambientes estes onde se manifestam relações desiguais de poder que propiciam conflitos (ANTUNES, ZUIN, 2008: 34).

Como demonstra Ana Flávia Ramos, o documentário “Bowling for Columbine” (2002) apresenta a interpretação do cineasta norte-americano, Michael Moore, que apresentou sua versão com relação à origem da violência nas escolas estadunidenses, desconstruindo as justificativas do senso comum e as versões habituais fornecidas pela mídia. Em sua narrativa, Moore direcionou suas respostas para a organização da nação estadunidense em suas bases, com suas ações imperialistas e militaristas, intervenções violentas com uso de armas em outros países. Moore destacou a política do medo, que é incentivada pelo Estado com o auxílio da mídia, como um dos elementos que teriam contribuído para o Massacre de Columbine. E apontou as diversas formas de intolerância vigentes no país, como racismo, homofobia, preconceito, conflitos religiosos e lutas de classes (RAMOS, 2011).

Segundo Antunes e Zunin a prática do bullying caracteriza uma atitude de hostilidade manifesta nas relações intrapessoais, um preconceito com origens na cultura dominante, vitimando aos que não se enquadram nos padrões estabelecidos. A inexistência de uma análise mais abrangente simplifica sua gravidade, por isso é necessário compreendê-lo como consequência de problemas decorrentes que abrangem todos os ambientes e as relações humanas. Para Antunes e Zunin, a sociedade capitalista impõe modelos construídos que idealizam o homem no seu modo de ser e agir, compreendendo uma cultura imposta visando a manutenção dessa sociedade, a partir de uma educação na forma de adestramento. A formação cultural é imposta de forma autoritária, atuando no caminho contrário ao ideal de uma educação voltada à emancipação do indivíduo (ANTUNES, ZUIN, 2008).

## Os veículos de comunicação e o bullying

Dentro desta reflexão crítica sobre o bullying e seu papel ideológico, destacamos o trabalho realizado pelo Projeto de Extensão “Observatório do Mundo Contemporâneo”<sup>2</sup>, da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon, que no mural intitulado “Massacres em escolas: um olhar crítico sobre a abordagem midiática” oportunizaram espaço para debater as razões pelas quais a mídia insiste em associar os massacres ao bullying escolar.

Os casos de violência em escolas têm sido habitualmente apontados pela mídia, como causas surgidas no ambiente escolar. Como apontam Lucio Tazinaffo e Lucas Fano, no mural do Observatório do Mundo Contemporâneo, já citado, precisamos pensar o espaço escolar como parte da sociedade, por isso, este espaço é também um reflexo das contradições e tensões que caracterizam o modo de vida dos cidadãos. Somos preparados desde cedo para enfrentar as adversidades da vida, numa busca contínua pela competição e concorrência. Em decorrência disso, a própria educação de nossas escolas está organizada sob um padrão de ensino que promove a competitividade e incita o individualismo (TAZINAFFO; FANO, 2011).

É necessário que reconheçamos que os massacres em escolas não são problemas que se limitam às escolas, são na verdade, consequências trágicas decorrentes de valores implantados pela sociedade capitalista, estruturada sobre desigualdades e o individualismo. No parecer dos autores Tazinaffo e Fano, para acabar com o problema de perseguições que ocorrem em escolas, é necessário que repensemos a estrutura da sociedade em que vivemos, eliminando as desigualdades sociais, para não vermos mais na mídia o anúncio de massacres entre jovens (TAZINAFFO; FANO, 2011).

A violência explorada como espetáculo midiático é um fenômeno recente. Para apresentação dos casos de massacres a mídia usa de vários recursos para sua “espetacularização”. A exemplo disso, percebe-se que nos dias seguintes da ocorrência da tragédia na escola do Realengo, continuamente os veículos de informação destacaram detalhes e novas conclusões que visavam explicar as causas do crime. Usavam de imagens e depoimentos que são editados e

---

<sup>2</sup> Os murais e textos confeccionados pelo projeto encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.unioeste.br/projetos/observatorio/>. Consulta realizada em 22/07/2013.

organizados com características cinematográficas, que procuravam “prender” a atenção para sua divulgação, transformando massacres em espetáculos midiáticos.

Como refletem Guilherme Dotti Grando e Alex Sander Sanoto, no mural do Observatório do Mundo Contemporâneo, valendo-se do pretexto de informar, a mídia fornece os dados biográficos dos criminosos, buscando explicações para os possíveis motivos dos crimes em suas histórias pessoais. No caso de Realengo, a imprensa obteve respostas rápidas a partir dos hábitos individuais do criminoso: o isolamento social; sua preferência por jogos violentos; por ter sofrido bullying na escola; indícios de insanidade de sua mãe; entre outros foram motivo de explicações indicadas e espetacularizadas pela mídia. Assim formou-se um roteiro sobre a vida do autor do crime. As particularidades da sua vida foram expostas ao público como espetáculo, sem a preocupação das consequências que esses excessos possam significar (GRANDO; SANOTO, 2011).

Segundo Marcos da Silva de Oliveira e Paulo Roberto da Costa Sartori, quando ocorrem chacinas como as do Realengo, procura-se descobrir os culpados e os motivos para que se cometesse tais atrocidades. Entre os vários motivos atribuídos para o ato de violência ocorrido no Realengo estava a culpa que recaiu sobre os jogos eletrônicos, principalmente os considerados violentos. Isso fica evidenciado nas menções da mídia quando divulga que, “Atirador de Realengo jogava games violentos”, ou a divulgação pela mídia de frases de impacto como, “o perigo dos videogames que abusam da violência (...) como estes jogos podem estimular comportamentos agressivos”, outra menção dizia, “ele vivia isolado, passava boa parte do dia em frente ao computador, consumia e jogava videogames violentos por horas a fio”. Assim a mídia cria uma relação entre os jogos eletrônicos e o caso de Realengo, como se o uso do computador estivesse entre as poucas interpretações possíveis (OLIVEIRA; SARTORI, 2011).

## **A violência na sociedade contemporânea**

Para refletir sobre a questão da criminalidade no Brasil, há necessidade de compreendê-la quanto a sua estrutura social e econômica. A maneira como o sistema capitalista foi estruturado no Brasil fez evidenciar sempre mais o desemprego, as difíceis condições de vida e trabalho, o conseqüente aumento da miséria. Como resposta a estas condições verifica-se o aumento dos índices da violência.

Segundo a autora Camila Marcondes Massaro, os reflexos do capitalismo permanecem visíveis nos dias atuais. Com a crise dos anos 1970 elaborou-se uma reestruturação produtiva, com a implantação de novas formas de trabalho onde o trabalho formal perdeu espaço para os vínculos informais; isto significou a redução de custo de produção em relação à força de trabalho, a redução de oferta ao trabalho especializado, e a perda das conquistas trabalhistas. As inovações tecnológicas exigem do trabalhador a busca por continuas qualificações e atualizações para a inclusão no mercado, dado a disputa no mercado de trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo e com exigência de qualificação (MASSARO, 2011: 30).

Este sistema produtivo vai ao encontro com o programa de globalização, que pretende inserir a população mundial em um ciclo consumista. O consumismo exagerado traz suas conseqüências, pois nem todos têm condições materiais para obter os diferentes produtos oferecidos. Os marginalizados pelo sistema social muitas vezes recorrem à violência para obtenção do que lhes falta, por estarem excluídos das possibilidades de consumo. Segundo a autora Camila Marcondes Massaro, para solucionar e amenizar os prejuízos haveria de se pensar na construção de outro modelo social, mas ao invés disso, observa-se a sociedade apoiando atos violentos de repressão, procurando solucionar as desordens sociais (MASSARO, 2011: 30). Nesta perspectiva Massaro menciona que,

Muitas vezes as posturas violentas são a saída vislumbrada pela parcela da população mais atingida pela precarização das relações de trabalho, pelo desemprego, pela ideologia do consumismo, tais manifestações podem ser entendidas então

como a procura por uma relação social de outro nível. (...) A sociedade burguesa, por si mesma, gera o crime e conduz a ele; ou talvez porque a sociedade burguesa seja, em resumo, uma sociedade criminosa. (...) Assim, podemos entender a violência resultante dos atos, por exemplo, contra o patrimônio – contra a propriedade privada – como resposta a uma luta constante e antagônica entre a vontade e a necessidade imposta pela sociedade capitalista, principalmente no que se refere à possibilidade de satisfação de suas necessidades básicas, inserção social e consumo (MASSARO, 2011:31).

As diferenças de poder aquisitivo acentuam os índices de violência nas grandes cidades. Em decorrência, as classes abastadas buscam garantir sua segurança privada, segurança esta que se tornou a principal mercadoria da “indústria do medo”. Para Massaro “a violência se transforma em estratégia de sobrevivência para a classe dominada, ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento de dominação pela classe dominante” (MASSARO, 2011: 31).

É nesse quadro social que são tomadas as medidas repressivas pelo Estado, resultando no encarceramento e criminalização, penalizando as classes mais baixas, correspondente à camada proletária. A força de trabalho é ao mesmo tempo qualificada como “classe perigosa” (MASSARO, 2011: 34).

Segundo a autora Maria Victória Benevides, a população marginalizada pela situação sócio-econômica é duplamente vitimada pela violência, principalmente no setor urbano. Em primeiro plano, os componentes das classes baixas são perseguidos pela polícia por serem vistos como “os eternos suspeitos, os desocupados, os marginais” (BENEVIDES, 1983: 15), e vítimas das ações dos delinqüentes.

A imprensa atual, com certa freqüência, dedica em suas primeiras páginas amplo espaço para o tema delinqüência, dando a estes fatos o mesmo destaque cedido a eventos políticos ou esportivos. A violência noticiada pela grande imprensa habitualmente refere-se aos delitos praticados por marginais, que roubam, assaltam, atingindo principalmente bairros de classe média. Porém, o interesse da mídia em divulgá-los contribui para a estigmatização das “classes perigosas” (BENEVIDES, 1983: 22), onde o pobre sempre será o bandido. Segundo estatísticas, a propaganda divulgada pela grande imprensa e o medo crescem mais que a criminalidade violenta. A propaganda intensa sobre a

criminalidade traz embutido, na maioria das vezes, a intenção da redução da idade penal de 18 anos, para 16 ou 14 anos.

Quanto aos fatores propulsores dos índices de criminalidade, as pesquisas apontam como responsáveis o modelo econômico, que mantém o desequilíbrio e as injustiças sociais; a violência da própria polícia para com os cidadãos; as deficiências do sistema carcerário, além das falhas da Justiça do Direito Penal e, sobretudo, a discriminação social contra os pobres e marginalizados (BENEVIDES, 1983: 31).

No parecer de Maria Victória Benevides, para solucionar o problema haveria a necessidade da reformulação do modelo econômico, e a reestruturação política com mudanças em seus métodos de trabalho, visto que as condições subumanas de sobrevivência são apontadas como as principais causas que levam à criminalidade.

Segundo Rachele Fachinetto, a relação da violência com os jovens é significativa, pois os jovens figuram neste cenário, tanto como agentes quanto como vítimas de violência (FACHINETTO, 2010: 66). Nesse sentido, é fundamental refletir sobre a situação daqueles que cometem atos de violência, para a compreensão da realidade que enfrentam. O adolescente, quando comete um ato de infração, passa a ser visto como um problema social, que sofrerá repressão e punição pelos seus atos. Entretanto, a sociologia compreende essas relações sob outro aspecto, enfatizando a socialização, e não o isolamento social dos demais jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/1990, considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e como sujeitos de direitos, há deveres a serem cumpridos (FACHINETTO, 2010: 67).

O Estatuto da Criança e do Adolescente propõe inverter a lógica do encarceramento, buscando novas formas de recuperação, visto que a privação da liberdade acaba marcando-o como criminoso (FACHINETTO, 2010: 68). Estas observações possibilitam refletirmos sobre a situação dos jovens que têm seus direitos violados, por não ter acesso às mínimas condições de vida e pela dificuldade de acesso à educação, saúde, esportes, lazer. Nesse sentido, considerando os jovens sujeitos de direito, é fundamental que eles tenham seus

direitos garantidos, seja como vítimas ou autores de atos infracionais, para que realizem suas vidas longe da violência (FACHINETTO, 2010 : 69).

### **A “Violência” Midiática”**

Fábio Souza da Cruz menciona que, para manter a ordem vigente e assegurar altos índices de audiência, a mídia recorre, muitas vezes, a elementos correspondentes com a lógica sensacionalista, explorando o espetacular, o grotesco, o violento. Nessa “(ir)realidade, o espetáculo, o conflito e o superficial entram em cena” (CRUZ, 2004: 11), onde prevalece a distorção em detrimento à informação da realidade dos fatos. Os noticiários prendem a atenção do público em acontecimentos apresentados de forma superficial, que não produzem uma reflexão mais ampla sobre as questões sociais, consequentemente produzindo uma despolitização social. Os fatos apresentados são em parte dramatizações, para o público deles tirar lições. Podemos dizer que o espetáculo emitido pelos meios midiáticos mantém a ordem vigente, ou seja, “constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”. “O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto” (CRUZ, 2004: 12).

Fábio Souza da Cruz afirma que a mídia sob a ordem capitalista promove a violência. Com o objetivo de manter a estrutura atual, apresentam-se várias formas de violência midiáticas, que objetivam uma reflexão superficial fragmentada, obedecendo aos interesses da indústria cultural (CRUZ, 2004:13).

Segundo o autor, o modo mais indicado de investigar a cultura produzida pela mídia é verificar as transformações culturais por ela causadas no contexto histórico social. A cultura da mídia emite o pensamento da ideologia dominante, mantendo a classe que está no poder, em detrimento das classes inferiores. Desta forma, a mídia prioriza no lugar do discurso noticioso um discurso publicitário, com objetivos mercadológicos, sem uma reflexão mais ampla, desviando desta forma, a atenção dos assuntos que seriam mais relevantes para o público. Sob o efeito da globalização, a mídia tornou-se “violenta”, na busca pelo lucro e à audiência, promovendo uma informação sensacionalista. Para Cruz,

A mídia demonstra ser “violenta” ao veicular informações superficiais, com carência de substancialidade; nas notícias de variedades, nos talk shows; nos programas de auditório; nos programas de cunho investigativo, que buscam única e



exclusivamente a audiência sob o véu falacioso da justiça, do ajudar pessoas. A cultura promovida pela mídia é violenta no sentido literal e figurado. A mídia é violenta. É violenta porque banaliza a informação. Promove o pensamento rápido, miserável. Destarte, fomenta o medo, as incertezas, as inseguranças e, sobretudo, a informação pobre, acrítica, desnutrida de substancialidade. Faz receita e mantém a engrenagem em ação (CRUZ, 2004: 15).

Isto justifica a necessidade de problematizarmos as formas com que veículos de comunicação como *Veja* divulgam acontecimentos envolvendo violência. Se entendemos a revista como formuladora do programa neoliberal – como já apresentado no início deste trabalho através das pesquisas da professora Carla Silva –, é importante problematizarmos as formas com que a revista modela os casos de violência procurando identificar outros elementos do que aqueles que seriam os reais motivos.

### **O islamismo**

Assim como o bullying, uma das explicações de imediato levantadas pela imprensa sobre o massacre de Realengo foi a hipótese de Wellington ser adepto da religião islâmica. Neste sentido, consideramos importante conhecer o que é o islamismo e como a imprensa tem associado as praticas ditas terroristas com as ideologias e ações professadas por esta religião.

A religião islâmica é originária da cidade de Meca (Arábia Saudita) fundada pelo profeta Maomé, cujos ensinamentos constam no Alcorão, dividindo-se em duas partes referentes à atuação de Maomé: a fase de Meca, entre os anos 610 a 622, e a fase de Medina, anos 622 a 632. A fase sobre Meca aborda a doutrina e seus valores. Na fase de Medina, orientam como viver a religião, sobre organização política e do sistema jurídico. O Islamismo é monoteísta, e subdivide-se em três ramos principais: xiitas, sunitas e sufistas. Os fundamentalistas apregoam a implantação de um Estado Islâmico, regido por regime teocrático, com base em interpretações mais radicais das antigas leis do Alcorão. Os habitantes desses países de cultura islâmica que se situam nos setores mais pobres do Oriente Médio, são analfabetos, vivem nos subúrbios ou nos campos, levando uma vida dura e sem confortos. Os movimentos fundamentalistas surgiram ao final do século XVIII, com a decadência do poder muçulmano em função dos avanços do Império Turco-Otomano, além da expansão do

colonialismo ocidental que influenciou no retrocesso da cultura islâmica (FIGUEIREDO, 2007: 79).

A partir do século XX, os movimentos fundamentalistas buscaram defender as leis e tradições islâmicas, lutando contra a presença do domínio imperialista europeu. Também caracterizaram-se pela luta contra os governos ditatoriais e corruptos, reeleitos por meio de fraudes, presentes em vários países do Oriente Médio. Países estes que, mesmo com a independência conquistada, continuam sofrendo a interferência das grandes potências, como os Estados Unidos, sem que o povo tenha melhores perspectivas de vida, o que motiva os muçulmanos a depositar sua confiança na questão religiosa e cultural. (FIGUEIREDO, 2007: 82).

### **O islamismo como sinônimo de terrorismo na revista Veja**

Para compreender os motivos que levaram à associação, por parte da grande imprensa, do Massacre de Realengo com práticas islâmicas, demonstraremos como os veículos de comunicação hegemônicos se portaram diante do atentado ocorrido nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. A partir da análise feita por outros autores sobre o discurso da revista Veja sobre o atentado, forneceremos uma maior base para compreender, no próximo capítulo, a associação da revista do Massacre do Realengo com as crenças islâmicas.

O dia 11 de setembro de 2001 marcou profundamente a história da humanidade, com o atentado às Torres Gêmeas do World Trade Center nos Estados Unidos. Com o sequestro de quatro aviões, “terroristas” da Al-Qaeda (“A base” em árabe) atacaram e destruíram os símbolos do poder estadunidense. Dois aviões se lançaram contra as Torres Gêmeas, o terceiro sobre o Pentágono, o quarto avião não chegou a atingir o alvo.

A violência do “ataque terrorista” foi amplamente divulgada nos dias seguintes aos atentados através de jornais, revistas e principalmente a televisão que exibiu em tempo real as imagens do atentado. As imagens do impacto das Torres Gêmeas produzidas pela mídia estadunidense e exibidas exaustivamente, inundando como uma onda a imprensa mundial, disseminaram a insegurança, o terror e o desespero.

Como demonstra o autor Wellington dos Santos Figueiredo, o ataque de 11 de setembro feriu o íntimo do orgulho da nação estadunidense, e fez com que o

governo dos Estados Unidos, com todo seu poderio econômico e militar, refletisse sobre sua vulnerabilidade. Em reação ao ataque “terrorista”, o governo estadunidense elaborou o programa “A estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”, justificando ações militares contra nações consideradas hostis, visando o “combate ao terrorismo”, tendo como países alvos o Irã, Iraque e Coréia do Norte, considerados “eixos do mal”. A doutrina de Bush, que se fortaleceu com os atos, visou reforçar as alianças com outros países na possibilidade de efetuar “guerras preventivas”, inibindo qualquer rivalidade estrangeira. Este programa objetivou defender os interesses econômicos do país consolidando-o como superpotência mundial, associado à garantia de fornecimento de petróleo (FIGUEIREDO, 2007:61).

O chamado “atentado terrorista” foi o tema de abordagem central da grande mídia e de todos os setores da informação, durante várias semanas após o ocorrido. Este fato reabriu as velhas feridas de preconceitos ideológicos entre o Ocidente e Oriente, visto que, aparentemente, o atentado foi efetuado por indivíduos adeptos do extremismo islâmico a serviço da Al-Qaeda.

A revista Veja, ao realizar a “cobertura” do evento, dirigiu-se ao acontecimento e seus protagonistas, com um discurso profundamente preconceituoso sobre o mundo islâmico. Segundo Wellington Figueiredo, Veja caracterizou seu discurso a partir da oposição entre o Ocidente civilizado e democrático, vítima de atentado pelo Oriente Teocrático. Suas menções não respeitaram a diversidade cultural, cotando os valores Ocidentais como superiores, provocando um choque entre civilizações. Para repudiar a ação dita terrorista, a revista generalizou a cultura e ideologia de um povo, promovendo um “choque de civilizações”. Abaixo reproduzimos um dos trechos de Veja analisado pelo trabalho de Figueiredo:

O verdadeiro alvo visado pelos terroristas que atacaram Nova York e Washington na semana passada não foram as torres gêmeas do sul de Manhattan nem do edifício do Pentágono. O atentado foi cometido contra o sistema social e econômico que, mesmo longe da perfeição, **é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar interruptamente até hoje.** Não foi um ataque de Davi contra Golias. Nem um grito dos excluídos do Terceiro Mundo que, de modo trágico mais efetivo, se fez ouvir no império. **Foi uma agressão perpetrada contra os mais caros e mais frágeis valores ocidentais: a democracia e a economia de mercado.**

O que realmente incomoda a ponto de exasperação os fundamentalistas, apontados como principais suspeitos de autoria dos atentados, não é só a arrogância americana ou seu apoio ao Estado de Israel. **O que os radicais não toleram, mais que tudo, é a modernidade.** É a existência de uma sociedade em que os justos podem viver sem ser incomodados **e os pobres tem possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto de seu trabalho.** Esse é o verdadeiro anátema dos terroristas que atacaram os Estados Unidos. Eles são enviados da morte, da elite teocrática, medieval, tirânica que exerce poder absoluto em seus feudos. **Para eles a democracia é satânica.** Por isso tem de ser destruída. (REVISTA VEJA, 2001, p.09. Grifei).

Como podemos perceber, Veja apontou o ataque aos Estados Unidos como uma prática anti-democrática, um atentado contra o capitalismo Ocidental. Como analisa Figueiredo, a revista associa o termo “terrorista” à qualificação de atraso desvinculado dos valores modernos Ocidentais. Veja em seu discurso apresenta o regime Teocrático como oposto ao Democrático, qualificando-o como um regime onde predomina o controle social e restrição ao desenvolvimento econômico. Assim o Oriente está separado dos valores Ocidentais defendidos pela revista, para a qual, a democracia relaciona-se com o mercado econômico (FIGUEIREDO: 2007: 117).

Outra análise importante sobre a posição da revista Veja em relação ao islamismo é a de Carla Silva, que no levantamento para o seu trabalho constatou que a revista Veja realizou durante seis semanas, uma cobertura interrupta sobre os atentados nos Estados Unidos. Segundo Silva, não podemos deixar de buscar compreender o sentido do empenho empregado por Veja. Os atentados, além de espetáculo midiático, foram anunciados como tragédia que mudou o curso da história. Segundo a autora, cerca de 30% do enunciado da revista foram referentes ao tema tratado (SILVA, 2005: 463).

As análises de Silva apontaram que havia pouca informação, em detrimento da reprodução de matérias preconceituosas e, em defesa do sistema capitalista. Sobre os atentados terroristas Carla Silva menciona que,

O fato dos atos terroristas terem tido alto impacto midiático faz parte da sua própria existência, pois elas reproduzem a lógica da indústria cultural, imitando os filmes Hollywoodianos. Isso contribuiu para que muito do que foi dito e visto sobre os atentados fosse pura desinformação, pois importava preencher páginas e tempo com aqueles fatos que abalaram o mundo, ainda que pela mera repetição de imagens. Ao mesmo tempo em que

havia um interesse comercial da mídia em vender, houve um interesse mais amplo do Departamento de Estado estadunidense em desinformar, fazendo com que a mídia reproduza sua propaganda, abrindo espaço para aprovação de seus atos. O que se buscou a todo o custo ocultar foi o fato de que a existência de Bin Laden e dos atentados foi a melhor coisa que aconteceu para reafirmar o poder dos Estados Unidos neste início de século (SILVA, 2005: 464).

Carla Silva apontou a revista *Veja* como propagadora em relação aos interesses do governo norte-americano. Atuando como instrumento de difusão do expansionismo imperialista, *Veja* construiu um discurso consolidando a legitimidade dos Estados Unidos em intervirem pela força no combate ao “comunismo” e “terrorismo”, ou a qualquer tipo de resistência que venha a considerar como “perigo” à sua dominação. *Veja* em suas reportagens reproduz a intenção do governo estadunidense de agir contra países que abriguem grupos terroristas. Neste contexto estão embutidos os interesses deste país em garantir a exploração e abastecimento de petróleo e a expansão do liberalismo econômico, na execução do plano de globalização do mercado mundial, visto que os atentados de 11 de setembro representam uma ação antiglobalização (SILVA, 2005).

A mídia mundial divulgou o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, como o maior da história. Este assunto desperta uma questão: o que é terrorismo? A prática do terrorismo para alcançar objetivos políticos é antiga, mas o emprego da palavra “terrorismo” não é tão antiga. Segundo Figueiredo,

O verbete “terrorismo” foi empregado pela primeira vez para classificar o período de terror durante a Revolução Francesa ocorrida em 1789. O Dicionário da Academia Francesa, em sua edição de 1798, classifica o termo como “sistema ou governo baseado no terror”. Neste período revolucionário, governos ditatoriais guilhotinaram doze mil pessoas de vários matizes ideológicos. O terrorismo entra na linguagem como “Terrorismo de Estado”, que já era sua forma quase exclusiva antes de seu “batismo ortográfico” (FIGUEIREDO, 2007: 94).

Como aponta Figueiredo, as ações ditas terroristas não acontecem por acaso, são resultantes de insatisfações e conflitos ideológicos contidas no cenário da política internacional. Os Estados Unidos em sua política internacional, principalmente em relação ao Oriente Médio, usam de posicionamentos que

resultam em ações como a de 11 de setembro de 2001. Os atentados são atos simbólicos que trazem sentidos, que não podem ser analisados isolados, resultam de fatores históricos acumulados ao longo do tempo.

### **Conclusões parciais**

A violência existe na sociedade humana desde os tempos primórdios e, com a transformação social assume novas formas, em parte, como consequência fundamentada no modelo econômico e cultural. É caracterizada pela ação destrutiva que modifica projetos sociais ou projetos de vida, visando interromper ou reprimir a ação de um indivíduo ou grupo social. No decorrer do século XX, com o avanço tecnológico, a cobertura dos fatos pela imprensa, atinge todos os setores sociais. Neste contexto, os eventos violentos, para efeitos mercadológicos, assumem destaque primordial nos setores da informação. Isto posto, ressaltamos a importância do conhecimento e reprodução de algumas das análises realizadas pelos autores mencionados no decorrer deste capítulo, no sentido de nortear nossa reflexão referente às abordagens da revista Veja, sobre o massacre do Realengo. O conhecimento dos referidos autores sobre os métodos e técnicas utilizados pelos setores da imprensa, referentes a eventos noticiosos, são fundamentais para compreender e exercer a crítica sobre os procedimentos e significados que Veja fundamenta na divulgação do massacre de Realengo.

## **CAPÍTULO 02 – O MASSACRE DO REALENGO NA REVISTA VEJA**

Neste segundo capítulo analisaremos criticamente como Veja retratou o episódio do Realengo. Para construirmos nosso trabalho pesquisamos todos os exemplares de Veja, do ano de 2011, ano da ocorrência do massacre do Realengo. Como fruto da pesquisa foram levantadas nove revistas que tratavam do assunto. Deste total foram analisadas cinco revistas, pois apresentavam elementos que evidenciavam de maneira clara o posicionamento da revista.

Analisamos especificamente duas revistas que traziam os relatos sobre o massacre do Realengo, que correspondem às edições 2212 do dia 13/04/2011, e 2213 do dia 20/04/2011. Além disso, analisamos a revista anterior ao massacre do Realengo, edição 2211 do dia 06/04/2011, que tratava sobre a presença de grupos extremistas islâmicos no Brasil. Foram ainda levantadas sete edições do ano de 2011, que tratavam do islamismo, como forma de sustentar nossos argumentos. Como Veja articulou a discussão do desarmamento ao ocorrido no Realengo, analisamos duas revistas do ano de 2005 quando do plebiscito sobre o desarmamento no Brasil.

Relacionado a este tema incluímos a discussão sobre a questão do porte de armas, pelo fato desta questão ter sido abordada na edição 2212, do dia 13 de abril de 2011 (primeira edição de Veja após o massacre na escola do Rio de Janeiro). Para compreender e nos situarmos a respeito do posicionamento de Veja sobre o uso de armas, analisamos as edições 1925, do dia 5 de outubro de 2005, e a edição 1928, do dia 26 de outubro de 2005, data posterior ao referendo no qual os eleitores brasileiros foram convidados para comparecer às urnas para decidir sobre o Estatuto do Desarmamento que visava proibir a comercialização de armas de fogo e munições.

Inicialmente abordamos como as manchetes foram destacadas nas capas de Veja, e em suas reportagens, e a caracterização construída pela revista sobre Wellington Menezes de Oliveira em decorrência do massacre realizado. Além de mencionar o uso do computador e o bullying como principais elementos detonadores da atitude de Wellington, Veja elencou a inspiração com o extremismo islâmico como um dos elementos influentes para a execução do plano

de revolta anti-social de Wellington. Interessante destacar que, assim como demonstramos a partir das pesquisas de Carla Silva e Wellington Figueiredo, esta postura de Veja em relação aos grupos islâmicos não é novidade: Dos exemplares pesquisados no ano de 2011, nove traziam reportagens especiais ou matérias relacionadas à ação de grupos extremistas tanto no exterior como no Brasil.

### O massacre do Realengo na revista Veja

A primeira matéria de Veja tratando do massacre do Realengo foi publicada praticamente uma semana após o ocorrido, já que o massacre aconteceu em uma quinta-feira e as edições de Veja são editadas nos sábados. Veja trouxe uma matéria Especial, de 18 páginas, tratando do ocorrido.

Na capa da edição de 13 de abril de 2011, Veja trouxe a imagem do rosto de Wellington Menezes de Oliveira, com um fundo todo vermelho e a frase “O monstro mora ao lado”. Na parte inferior da capa da revista, sobre a boca do retrato de Wellington, em uma tarjeta preta, a pergunta: “Como saber quando a loucura assassina emergirá das camadas profundas de anos de humilhação, solidão e frustração?”. A imagem da capa reproduzimos a seguir:



Figura 1 - VEJA, Ed. 2212, 13/04/2011

Como podemos perceber, Veja procura criar um sentimento de pânico e medo ao apresentar a possibilidade do mal morar em qualquer lugar, dando a



impressão de que todas as pessoas correriam o risco de ter como vizinho um assassino em potencial. Além disso, a pergunta colocada ao lado do título principal parece colocar a revista como alguém ou algo que ensinaria a identificar esse perigo. Um manual quase que “indispensável”. Além disso, através de vários subtítulos e frases a revista procurou reforçar o lado trágico das vidas interrompidas e de todo o trabalho necessário de recuperação psicológica e social das pessoas que presenciaram o massacre.

### **A construção de um monstro**

Na matéria especial publicada logo após o massacre, com o título, “Cruel, aterrador e inexplicável”, as notícias são divulgadas por Veja com muitas imagens e fotos. No primeiro subtítulo, Veja apresenta “O passo a passo do massacre” (VEJA, 13/04/2011, p. 82), trazendo desde a chegada de Wellington Menezes de Oliveira à Escola Municipal Tasso da Silveira, até o momento em que os policiais encurralaram o assassino em um corredor, assassinando-o com um tiro no abdômen. Na página seguinte, podemos perceber logo de imediato a caracterização que Veja pretende construir de Wellington: a de um monstro. Estas caracterizações aparecem ao longo da matéria: “faceta **monstruosa** de Wellington”, “outras **estranhas facetas** desse rapaz adotado com dias de vida por parentes da **mãe esquizofrênica**”, “**desequilíbrio mental**”, “Wellington escolheu a dedo **o cenário de matança**”, “já havia planejado cada detalhe **da matança**”, “**mente perturbada** de Wellington” (VEJA, 13/4/2011, Pgs.83 e 84. Grifei).

Após ter caracterizado o assassino, Veja apresenta duas motivações para o ato de violência. A primeira seria o fato de Wellington ser vítima de bullying em sua infância: era “o esquisitão da turma” (VEJA, 13/04/2011, p.83), escolheu para “transformar em palco da sua carnificina o colégio em que havia estudado – e do qual não guardava boas recordações”, “ele não tinha amigos e era alvo de piadas e humilhações da classe”, “nunca teve um envolvimento amoroso com quem quer que fosse” (VEJA, 13/4/2011, p. 84), fazem parte das explicações de Veja.

Além do bullying, a possível adesão ao islamismo é evidenciada: “Começou a pesquisa obsessivamente sobre armas e organizações terroristas islâmicas na internet. Passou a usar só roupas pretas e deixou crescer a barba”

(VEJA, 13/4/2011, p. 83), “costumava rabiscar no papel bonecos que dizia serem homens-bomba” (VEJA, 13/4/2011, p. 83), passava mais de 4 horas do dia lendo o Alcorão, etc. Para confirmar esta versão, Veja apresenta seu caráter argumentativo – com a intenção de confirmar e provar que a informação repassada pela revista seria a verdade –, reproduzindo trechos da carta deixada por Wellington, bem como de cópias do boletim escolar onde constavam informações sobre a “necessidade de ajuda” por parte de Wellington.

### **Uso da Internet**

Ainda na reportagem especial, encontramos uma matéria com o título “**O efeito viral das matanças**” (VEJA, 13/04/2011, p. 96). Nela Veja destaca a utilização da internet, por “jovens desequilibrados”, como meio de instrução para o manuseio de armas, além da constatação de utilizarem-na para a divulgação de “fotos e vídeos com ameaças” e imitação do uso de “roupas e métodos de outros assassinos escolares” (VEJA, 13/04/2011, p. 96). Para construir esta conclusão, a revista Veja relaciona o massacre do Realengo com outros ocorridos nas mesmas proporções em outros países, assimilando o comportamento preparatório do ato de violência praticado por Wellington Menezes de Oliveira, com buscas na internet como meio de planejamento para a execução do ato. Veja destaca o massacre de Columbine, quando em 1999, dois jovens norte-americanos, Eric Harris de 18 anos, e Dylan Klepold de 17 anos, assassinaram 13 pessoas e feriram 24 na escola de Columbine nos Estados Unidos.

Retomando a análise do ocorrido nos Estados Unidos, a revista menciona que “Foi a internet, contudo, a principal ferramenta a dar publicidade ao destino da dupla” (VEJA, 13/04/2011, p. 96), apresentando uma relação de massacres em escolas com a internet. Com o título “**Inspiração macabra**” (VEJA, 13/04/2011, p. 96), Veja procura demonstrar casos de assassinos que utilizaram o computador para a execução das chacinas, apresentando uma estimativa de mais de cinquenta massacres em escolas, em grande parte fracassada, inspiradas no massacre de Columbine. A revista afirma que em 2001, um ano após o atentado, três jovens americanos pretendiam fazer algo “maior que Columbine” (VEJA, 13/04/2011, p. 97). Para conferir legitimidade a esta posição, Veja traz a fala do

sociólogo americano Jonathan Fast, que afirma que, sempre que o FBI investiga o computador dos criminosos, conclui que os mesmos “navegaram em páginas da internet com conteúdos relacionados a Columbine” (VEJA, 13/04/2011, p. 97). Veja cria um cenário de filme para relatar os processos investigativos, demonstrando que o computador do criminoso – apontado como inspiração para o crime – é investigado pela perícia como “caixa preta”, onde se encontrariam as respostas que elucidariam as motivações, como se não houvesse outras explicações que desencadeassem ações violentas.

A revista menciona que “jovens mentalmente desequilibrados, com baixa auto-estima e cheios de frustrações sociais e sexuais costumam enxergar esses assassinos em massa a guerreiros a serem imitados” (VEJA, 13/04/2011, p. 97). Percebe-se que para Veja a violência praticada por Wellington não tem nenhuma conotação social. Ela seria apenas fruto do mau uso da internet. Além disso, esse mau uso não é sequer problematizado, no sentido de se buscar a identificação social que origina esta violência.

Veja menciona os casos de massacres em escolas ocorridos em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Relatando uma pesquisa de criminologistas alemães, menciona que a maioria dos matadores fazia uso da internet para suas “intenções sangrentas, seja postando vídeos e fotos em que posam armados, seja enaltecendo atentados terroristas ou outros **desajustados** como eles” (VEJA, 13/04/2011, p. 98. Grifei). Para qualificar os indivíduos praticantes de violências em escolas, Veja menciona-os como “desajustados” e fascinados pelo terrorismo. O Dicionário inFormal menciona como “desajustado”, “Quem ou que tem desajustamento. Sem ajuste, desajustado social, que não é adaptado socialmente, indivíduo desregrado, distúrbios de caráter que requerem medidas educativas especiais”<sup>3</sup>. Os mencionados por Veja como “**desajustados**”, são os indivíduos que sofrem exclusão social, por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pela nossa sociedade como “padrões normais” referentes à orientação sexual, cultural, étnica e estética. Embora não justifique vitimar inocentes, alguns desses indivíduos excluídos e criminalizados socialmente, por não se enquadrarem nos padrões culturais de comportamento estabelecidos, recorrem a atos de violência, numa demonstração de revolta à

---

<sup>3</sup> <http://www.dicionarioinformal.com.br/desajustados/> . Acesso em 28/10/2013.

exclusão e opressão social que sofrem. Tanto é verdade, que Veja menciona um comentário, entre outros, de uma pessoa no Orkut que, por ocasião do massacre do Realengo, dizia: **“Se Deus existe ele estará do seu lado, irmão, viva a minoria”** (VEJA, 13/04/2011, p. 98). Outro comentário no You Tube mencionava, “Olhem pelo lado dele, **ele tinha problemas pessoais e sociais**, era uma pessoa fraca que se deixou abater pelo prazer da vingança” (VEJA, 13/04/2011, p. 98). Um integrante do Twiter postou “Pior é que eu sei o que se passava na cabeça dele” (VEJA, 13/04/2011, p. 97). Veja avalia os comentários como “frios e aterradores **enaltecendo** o assassino” (VEJA, 13/04/2011. p. 98. Grifei). Como podemos perceber, os comentários postados nas redes sociais são menos frios do que aqueles publicados por Veja, já que alguns deles apontam para as razões sociais pelas quais Wellington sofria.

A revista finaliza criminalizando as menções de pessoas que se manifestaram procurando compreender a ação de Wellington. Concordamos plenamente que atrocidades contra inocentes, ou quem forem, seja algo inaceitável, inadmissível e condenável. Os relatos acima mencionados identificam pessoas que procuram compreender a atitude de revolta de Wellington. Talvez também já foram vítimas de bullying, ou de outras formas de injustiça social, e procuram refletir e origens e situações desesperadoras que levam indivíduos a esta prática de extrema revolta.

Como podemos perceber Veja é ambígua. No caso do massacre do Realengo, nos pareceu que Veja não estava sabendo como lidar com a questão. O assunto “massacre” parece incomodar a revista.

### **A campanha contra o desarmamento**

O mais interessante nesta matéria especial do dia 13 de abril de 2011, é uma breve matéria de apenas meia página, mas cujo discurso da revista reflete claramente como Veja toma posição e encaminha ações concretas. Com o título “O alvo errado mais uma vez” (VEJA, 13/04/2011, p. 95), Veja apresenta sua opinião a respeito da decisão do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de organizar uma nova campanha de desarmamento no Brasil. A última campanha de desarmamento realizada no Brasil ocorreu em 23 de outubro de 2005.

Já no lide da matéria é possível perceber a posição de Veja em relação ao desarmamento: “A culpa pelas mortes não é das armas, mas do atirador” (VEJA, 13/04/2011, p. 95). Esta perspectiva é reproduzida também na matéria: “O governo entrou no debate de forma **atabalhoada, tentando por a culpa pelo massacre nas armas – e não no atirador que puxou o gatilho**” (VEJA, 13/04/2011, p. 95. Grifei). Percebe-se que a revista deixa bem claro que a decisão do governo é errônea: a culpa da violência e das mortes não seriam das armas, mas sim de Wellington. Esta perspectiva é reforçada: “É um **discurso fácil** para um momento difícil, e que presta um **desserviço** ao **turvar** o foco da discussão” (VEJA, 13/04/2011, p. 95. Grifei). Para confirmar esta perspectiva, Veja vai trazendo elementos que provam que o desarmamento não seria a solução mais adequada: “quem entrega as armas são pessoas honestas”, “os bandidos, infelizmente, não costumam cooperar com esse tipo de campanha”. “**Não é uma campanha de desarmamento que vai tirar essas armas das ruas**” (VEJA, 13/4/2011. p. 95. Grifei). Para finalizar, a revista apresenta o caso de violência ocorrido em uma escola no Japão, onde foram assassinadas oito crianças com uma arma de cozinha. Com ironia, Veja afirma: “Nenhuma autoridade japonesa pensou em proibir facas de cozinha” (VEJA, 13/04/2011, p. 95). E logo abaixo, sua conclusão a respeito da proposta de uma nova campanha de desarmamento: “Atribuir o massacre de Realengo às armas de fogo é tão razoável quanto atribuir as mortes em acidentes de trânsito à existência de automóveis” (VEJA, 13/04/2011, p. 95).

Em 23 de outubro de 2005 o Estado brasileiro “convocou” os cidadãos/eleitores para votar “SIM ou NÃO”, no referendo sobre desarmamento, em que deveriam responder à pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Como a intenção da nossa pesquisa era perceber as formas com que a Veja se utilizou do massacre do Realengo para reforçar concepções que ela vem, pedagogicamente reproduzindo no decorrer do tempo, retrocedemos nosso levantamento para o mês de outubro de 2005 para analisarmos como a revista atuou durante o período em que os debates sobre a questão do desarmamento foram mais intensos.

A revista Veja em sua edição 1925, veiculada em 5 de outubro de 2005, trouxe como matéria de capa uma reportagem “Especial” abordando o referendo

das armas. Destacando como manchete de capa o título “7 Razões para votar NÃO”, Veja justificava que “A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”. A capa reproduzimos abaixo:



Figura 2 - VEJA, Ed. 1925, 05/10/2005

Como podemos perceber na capa, a revista não pretende contribuir no debate que antecedeu o plebiscito. Ao invés de mostrar as razões que justificariam o “Sim” e o “Não”, Veja é clara e direta: “7 razões para votar NÃO”. Isto não só demonstra a posição da revista como também o seu papel na tentativa de conduzir seus leitores a posicionarem-se da mesma maneira.

O Especial inicia com o título “Referendo da fumaça”, apontando as 7 razões para votar não. Assim como na capa, Veja se posiciona de forma explícita, julgando que o correto seria votar “NÃO” no referendo sobre o comércio de armas de fogo. O Especial destaca que,

Veja acredita que a **atitude que melhor serve** aos interesses dos seus leitores e do país **é incentivar a rejeição da proposta de proibição**. O sucesso de uma consulta popular deriva, antes de mais nada, da correção e da honestidade da questão a ser respondida pelos cidadãos. A pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o eleitor. É uma trapaça, pois, mesmo que o SIM vença por larga margem, “o comércio de munição e armas de fogo” no Brasil vai continuar (VEJA, 05/10/2005, p. 77. Grifei).

Percebe-se que Veja se coloca como a mais indicada para dizer qual seria o melhor resultado não só para os leitores da revista, mas também para o Brasil.

Ao designar o referendo como um “disparate”, Veja desqualifica a consulta popular. Concordamos que dizer “Sim” ou “Não” não é sinônimo de democracia. Muitas questões ficaram sufocadas quando do referendo. No entanto, a revista não questiona as formas de democracia do sistema capitalista, apenas o fato de que a lei do desarmamento não daria conta de proibir o comércio de armas.

A primeira razão para votar “NÃO” apontada por Veja, menciona que “os países que proibiram a venda de armas tiveram aumento da criminalidade e da crueldade dos bandidos.” Segundo Veja, “a experiência internacional demonstra que a quantidade de armas nas mãos da população não determina o grau de violência de uma sociedade” (VEJA, 05/10/2005, p. 82). E argumenta que os países que adotaram o desarmamento, o fizeram em “momento de forte comoção nacional”. Veja cita o caso da Austrália, onde em 1996, devido ao massacre cometido por um “louco”, foram proibidos os modelos de armas automáticas e semi-automáticas, tirando 700.000 armas de circulação (VEJA, 05/10/2005, p. 82).

O segundo motivo para votar “NÃO”, pela orientação de Veja é a de que “As pessoas temem as armas. A vitória do ‘SIM’ no referendo não vai tirá-las de circulação no Brasil” (VEJA, 05/10/2005, p. 83). Veja justifica sua posição mencionando que, “A culpa dos altos índices de criminalidade e de homicídios não é da arma, mas de quem a tem em mãos” (VEJA, 05/10/2005, p. 83). Relata a estatística de São Paulo onde haveria uma arma para cada 74 habitantes, com uma taxa de 28 homicídios anuais, para cada 100.000 habitantes. Veja confronta esses números com os índices da Suíça, onde existem 2 milhões de armas, para 7 milhões de habitantes, onde se registra anualmente 1 homicídio para cada grupo de 100.000 habitantes. Para Veja, em muitos países o porte de armas é uma questão cultural, sem haver a intenção de usá-la como instrumento de agressão. Menciona que em países como os Estados Unidos, Canadá e Brasil, que possuem grandes espaços a serem ocupados, é tradição a posse de armas para fins de caça. Destaca ainda que os fazendeiros e sitianteiros no interior do Brasil, usam armas para “defenderem suas propriedades de assalto e **invasões do MST** e do ataque de animais predadores” (VEJA, 05/10/2005, p. 83. Grifei).

Como percebemos, para Veja é aceitável utilizar as armas para atacar o MST. Veja aponta a necessidade do uso de armas para os fazendeiros se

defenderem das ocupações do MST, qualificando e comparando os integrantes do movimento aos animais predadores. Como Veja defende a classe dominante, seu posicionamento em relação ao MST não poderia ser diferente. Ao analisar a posição de Veja em relação ao MST, Carla Silva menciona que o alvo principal de Veja “foi criar uma opinião pública contrária ao movimento, ao mesmo tempo em que apoiou as medidas governamentais, seja a forma de (não) fazer reforma agrária, seja a repressão” (SILVA, 2005: 591).

Para Veja, a terceira razão para dizer NÃO ao desarmamento, se deve ao fato de que o “desarmamento da população é historicamente um dos pilares do totalitarismo. Hitler, Stalin, Mussolini, Fidel Castro e Mao Tse-Tung estão entre os que proibiram o povo a possuir armas” (VEJA, 05/10/2005, p. 84). Veja justifica seu argumento mencionando que, “Antonio Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano, listou o desarmamento da população entre as providências essenciais para garantir o controle totalitário da sociedade” (VEJA, 05/10/2005, p. 84). Complementa dizendo que “A história mostra que restringir o acesso da população às armas é uma das primeiras medidas de qualquer regime totalitário” (VEJA, 05/10/2005, p. 84). Por fim, acrescenta que, “O desarmamento faz parte da filosofia comunista de que toda e qualquer liberdade individual deve ser abolida em benefício do Estado operário” (VEJA, 05/10/2005, p. 84), referindo-se as práticas impostas por Fidel Castro em Cuba, e por Hugo Chávez na Venezuela.

A ideologia comunista visa a igualdade social, onde o Estado é detentor dos meios de produção e da propriedade. Veja generaliza o sistema comunista como sendo um Estado autoritário, que impossibilita a liberdade individual. A forma com que a revista descreve o comunismo nos faz pensar no capitalismo: como se no capitalismo houvesse todas as formas de liberdade. Basta os cidadãos irem às ruas reivindicar seus direitos, que o Estado reprime com todo o seu aparato policial ou militar.

Veja menciona que “A polícia brasileira é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos”, como quarta razão para dizer “Não” ao desarmamento. Segundo Veja, desde que existem os Estados modernos, os mesmos tem como um dos pilares o “princípio de que a autoridade central deve ter o monopólio legítimo do uso da força e da violência, tornando-se responsável pela segurança de todos”



(VEJA, 05/10/2005, p. 85). Veja argumenta que a responsabilidade coletiva do Estado sobre a segurança, “não elimina o direito de auto defesa do cidadão para preservar a própria vida” (VEJA, 05/10/2005, p. 85). Para reforçar sua posição menciona o parecer de Eduardo Bianca Bittar, professor de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo. “A vida é um bem inalienável e o Estado não pode limitar o poder do indivíduo em defendê-la” (VEJA, 05/10/2005, p. 85). Veja justifica que somente 10% dos brasileiros acreditam que a polícia pode garantir a segurança, e que dos 50.000 homicídios anuais no Brasil, somente um décimo é esclarecido pela polícia.

Veja em seus argumentos, procura legitimar seu posicionamento em relação à defesa ao desarmamento, desqualificando e culpando sistematicamente a polícia pela criminalidade no Brasil. A revista qualifica a polícia como “incapaz”, sem problematizar a necessidade de maiores investimentos por parte do Estado no setor, no sentido de melhorar a estrutura policial. Em seus argumentos a revista não problematiza as razões econômicas e políticas que levam, por exemplo, a polícia a não atuar de maneira suficiente, ou para exigir que o Estado invista mais no setor policial. Veja em seus argumentos não problematiza as questões de ordem econômica, como causas da criminalidade presentes em nossa sociedade, visto que a criminalidade tem suas raízes nas desigualdades sociais.

A quinta razão para votar NÃO apontada por Veja, menciona que “A proibição vai alimentar o já fulgurante comércio ilegal de armas”, apresentando a justificativa de que “A maior parte das armas em poder do crime organizado é obtida por meio do contrabando” (VEJA, 05/10/2005, p. 86), segundo as declarações do delegado Carlos Oliveira, titular da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos do Rio de Janeiro. Veja se utiliza das afirmações do delegado para legitimar sua afirmação e posição. O “estudioso” Perseu Abramo qualifica esta estratégia como de “oficialismo”, uma das estratégias de manipulação da grande imprensa onde, no lugar dos fatos, a imprensa se utiliza de uma versão dos fatos e de preferência uma versão oficial. Como a autoridade sempre vale mais do que outras versões, a imprensa constrói uma versão da realidade que pretende substituir até mesmo a realidade (ABRAMO, 2003: 30). Veja argumenta que a proibição do comércio de armas de fogo, “não vai pôr fim ao mercado de

armas e munições” (VEJA, 05/10/2005, p. 86). A proibição do comércio de armas estimularia o mercado clandestino, ampliado pelo tráfico ilegal de armas, e colocaria os cidadãos “de bem” em situação irregular.

Na sexta razão para votar NÃO, Veja aponta que “obviamente, os criminosos não vão obedecer à proibição do comércio de armas” (VEJA, 05/10/2005, p. 88). Veja destaca que no Brasil há um comércio legal de armas, que produz anualmente 200.000 armas, e que exporta 70% delas para os Estados Unidos e Inglaterra. Uma parte é vendida para as Forças Armadas e a Polícia brasileira. Chegam nas lojas cerca de 20.000 armas e são compradas apenas 3.000. Veja menciona que os defensores da proibição do comércio legal de armas argumentam que estas armas acabam nas mãos de bandidos, através de assaltos à residências e nas ruas. Destaca que o “referendo foi criado, em última análise, para decidir sobre um arsenal de 3.000 revólveres e armas de caça vendidos por ano” (VEJA, 05/10/2005, p. 88), comparando-as com as 8 milhões de armas que existem na clandestinidade no Brasil. Para Veja, nesta perspectiva, se estaria abrindo mão do comércio de armas controladas pelo governo. A medida da proibição alimentaria o crescimento do mercado negro, e os “cidadãos de bem” estariam numa situação difícil por não conseguirem munição.

A sétima razão defendida por Veja para votar NÃO, menciona que “o referendo desvia a atenção daquilo que deve realmente ser feito: a limpeza e o aparelhamento da polícia, da justiça e das penitenciárias” (VEJA, 05/10/2005, p. 88). Segundo Veja, os defensores da proibição da venda de armas argumentam que a medida reduzirá a circulação de armas e a consequente redução dos índices de homicídios. Para Veja estes argumentos são falsos. Primeiro, “porque o contrabando dará um jeito de atender à demanda de armas, em especial a dos bandidos”. Em segundo lugar, “mesmo que as armas disponíveis diminuíssem, isso não seria suficiente para reduzir a criminalidade” (VEJA, 05/10/2005, p. 88). Para reforçar seu argumento, Veja cita a menção de José Vicente da Silva Filho, ex-secretário Nacional de Segurança Pública, “Crime se combate com uma polícia honesta e bem equipada, não com o desarmamento da população” (VEJA, 05/10/2005, p. 88). Reafirmando que em outros países a redução da criminalidade começou pelo combate à corrupção na polícia, citando a caso do prefeito de Nova

York Rudolph Giuliani, que na década de 90 foi implacável com policiais corruptos.

Veja direciona seu discurso para um público seletivo de classe média – classe alta. Seus temas são vistos por autoridades de nosso país, como por exemplo, na citação anterior, provavelmente poderia ser direcionada ao Secretário de Segurança Pública que pode ser leitor de Veja.

O fato de Veja se posicionar categoricamente contra o desarmamento, veiculando tópicos argumentativos em suas matérias para reforçar sua posição e consequentemente induzir seus leitores a tomar posicionamentos conforme sua sugestão, vem confirmar as conclusões da historiadora e pesquisadora da revista Veja, Carla Silva. Para compreendermos o que isto significa, retomamos as menções da autora sobre a atuação de Veja, contidas nas páginas iniciais deste trabalho, segundo Carla Silva,

A revista Veja como instrumento de dominação tem tido uma ação muito mais eficiente do que os demais partidos políticos formais. (...) Do ponto de vista político, ela tem influenciado a história brasileira de muitas formas: impondo a aprovação de reformas na Constituição, exigindo privatizações, desestabilizando governos, mantendo ou excluindo ministros. Sempre quer aparecer como neutra, um vigilante do poder, o “quarto poder”. Ao mesmo tempo, ela tem buscado formular políticas, programas e projetos para o Brasil (SILVA, 2008: 89).

A forma como Veja expôs seus argumentos sobre a questão do desarmamento, vem confirmar a menção da historiadora Carla Silva, quando a autora apontou a revista como instrumento de dominação, influenciando os rumos da história da nação. Veja se apresenta como neutra, mas procura influenciar a opinião de seus leitores, formulando políticas e projetos, atuando diretamente nas políticas brasileiras. No caso em questão, foi possível demonstrar que a revista procurou influenciar no referendo ocorrido em 2005, não apenas incitando para a votação contra a proibição, mas elencando dados que visassem convencer os eleitores da desnecessidade desta medida.

Veja se diz a favor da democracia, mas no caso do referendo, que era um momento em que o povo iria ajudar a decidir democraticamente sobre o uso e comercialização de armas no Brasil, Veja se posicionou contra, inclusive levantando argumentos para se justificar.

A edição 1928 de Veja, de 26 de outubro de 2005, após o referendo sobre o desarmamento no Brasil, apresentou uma matéria especial intitulada “7 soluções testadas e aprovadas contra o crime” (VEJA, 26/10/2005. p. 61), como tema principal a ser defendido nesta edição. A capa da edição em questão, reproduzimos a seguir:



Figura 3 - VEJA, Ed. 1928, 26/10/2005

Como pode ser visto na imagem, Veja não está propondo uma análise sobre o crime e suas possíveis soluções. O título é uma afirmação na qual a revista se apresenta como alguém responsável por apresentar as soluções “testadas e aprovadas”. Se já foram testadas e aprovadas, não há porque discutir ou questionar.

As páginas que iniciam as argumentações de Veja, destacam com letras garrafais o seguinte dizer, “Depois de **brincar** de referendo... é hora de falar sério” (VEJA, 26/10/2005. P. 62. Grifei). Já no início da matéria Veja reafirma sua posição em relação à campanha do desarmamento que mobilizou o país naquele mês de outubro: “O referendo das armas vai ser lembrado como um daqueles momentos em que um **país entra em transe emocional** e algumas pessoas se convencem de que **basta uma torcida muito forte** para que se produza um resultado positivo para a sociedade” (VEJA, 26/10/2005, p. 62. Grifei). Percebe-se que a revista ironiza e tira todo o sentido do referendo, não escondendo sua posição de contrariedade. Para Veja, ganhe o NÃO ou ganhe o SIM, o problema

da criminalidade no Brasil continuará nas mesmas proporções. Em relação ao referendo e à mobilização promovida, Veja considera ilusório vencer o crime violento pela “**repetição de mantras** e mediante sinais feitos com as mãos imitando o vôo da pomba branca da paz” (VEJA, 26/10/2005. p. 62), ressaltando que a “vida real exige mais do que boas intenções para seguir o vetor do progresso social” (VEJA, 26/10/2005. p. 62). Justifica, que se ganhando o SIM ou NÃO, na proposta de proibir a comercialização de armas, haverá continuidade da circulação de armas nas mãos dos bandidos (VEJA, 26/10/2005. p. 62).

Veja responsabiliza a corrupção policial pela circulação de armas nas mãos dos bandidos. Segundo Veja, para reduzir as armas em circulação, o “governo deveria ter optado por agir silenciosa e drasticamente dentro das organizações policiais” (VEJA, 26/10/2005. p. 63), mencionando que são os “policiais corruptos que deixam escapar as armas nas mãos dos bandidos em troca de dinheiro” (VEJA, 26/10/2005. p. 63). Apontando que quando a apreensão de armas não é reportado ao comando policial, para serem encaminhadas para a destruição, são vendidas aos bandidos. Veja continua dizendo, que é comum a soltura de criminosos por policiais, em troca das armas, o mesmo acontece quando o bandido for flagrado com armas ilegais ou porte ilegal. Destaca ainda, que policiais corruptos simulam o roubo, furto ou até a perda da arma oficial, e depois de rasparem o número a vendem, para depois receberem uma nova da corporação. Veja enfatiza “Enquanto esse tráfico não for interrompido, podem ser organizados milhares de referendos e o problema do crime continuará do mesmo tamanho” (VEJA, 26/10/2005. p. 63).

Veja generaliza acusando os policiais corruptos como causadores de criminalidade no Brasil. A revista identifica nos policiais corruptos, o grande causador da criminalidade no Brasil. A partir das argumentações que a revista vai elencando, parece que esses policiais constituiriam maioria no nosso país. Isso pode ser confirmado pela afirmação que a revista faz no final da página 63: “Enquanto **esse** tráfico não for interrompido, podem ser organizados milhares de referendos e o problema do crime continuará do mesmo tamanho” (VEJA, 25/10/2005, p. 63. Grifei). “Esse” é um pronome demonstrativo que designa a pessoa de quem se fala. Se a Veja estava falando dos policiais corruptos, ela

estava querendo jogar toda a culpa do crime apenas nos policiais corruptos, como se não houvesse outras razões sociais para o crime.

Como já destacamos, Veja se propôs a apontar 7 soluções contra o crime. Interessante notar que, segundo a própria apresentação da matéria, a revista teria se assentado em 3 grandes pilares para falar sobre as medidas contra o crime. E o primeiro “trata de reverter **a atração que o crime organizado exerce sobre os jovens**, em especial os que tem poucas perspectivas econômicas” (VEJA, 25/10/2005, p. 65. Grifei).

Veja sugere propostas para reverter a atração do crime sobre os jovens, sem problematizar as origens que exercem esta atração pelo crime. Como a violência está relacionada às desigualdades sociais e péssimas condições de vida, a busca pelo ilícito como meio de sobrevivência, também está relacionada a esta desigualdade social. No entanto, isto não é abordado pela revista. Pelo contrário, Veja procura descaracterizar este elemento, apontando-o como não influenciador da criminalidade entre os jovens.

O primeiro item indicado por Veja, seria dar “opções de lazer e profissão aos jovens pobres” (VEJA, 25/10/2005, p.66), argumentando que “uma **crença** costuma influenciar as políticas de segurança pública no Brasil: é a de que a criminalidade é causada pela pobreza e desemprego” (VEJA, 25/10/2005, p. 66. Grifei). O que, segundo Veja, causa a “impressão de que **nada se pode fazer contra o crime** até que se consiga distribuir melhor a renda, acabar com a miséria e gerar empregos” (VEJA, 25/10/2005, p. 65. Grifei). Veja diz que isso “**é a desculpa ideal para não se fazer nada**” (VEJA, 25/10/2005, p. 65. Grifei). Segundo ela, a “adoção de políticas sociais em áreas pobres funciona não porque acaba com a pobreza, **mas porque diminui as oportunidades de ocorrerem crimes**” (VEJA, 25/10/2005, p. 65. Grifei). Na visão de Veja, a pobreza não induz ao crime, e se a criminalidade é maior nas áreas pobres – citando o exemplo de Belo Horizonte – seria porque “nestas áreas a presença do Estado é quase inexistente” (VEJA, 25/10/2005, p. 66), atribuindo a proliferação da criminalidade à falta de assistência ou controle do Estado. Veja sustenta sua tese, citando exemplos de bairros em grandes centros, onde a instalação de escolas com cursos profissionalizantes influenciaram a queda da criminalidade (VEJA, 26/10/2005, p. 66).

A segunda solução para redução da criminalidade apontada por Veja era a de “prender o criminoso e deixá-lo preso” (VEJA, 25/10/2005, p. 67). Veja aponta dois fatores que estimulam a criminalidade no Brasil: o bandido achar que nunca será preso e a certeza do bandido em não ficar muito tempo na cadeia, visto que a pena máxima é de trinta anos de reclusão, e um em cada dez condenados a cumpre. Ao completar um sexto da pena, o preso poderá ser transferido para um regime semi-aberto, em seguida ao completar mais um sexto, irá para o regime aberto. Segundo Veja, “A filosofia que predominou na legislação brasileira foi a de que os **anos de cadeia não ajudam em nada** a reintegração do preso na sociedade. A experiência de outros países mostra que penas severas são eficientes para dissuadir os potenciais criminosos de agir” (VEJA, 26/10/2005. p. 68. Grifei).

Veja defende o encarceramento como solução, sem apontar a necessidade de investir em educação ou trabalho, para a recuperação dos detentos. Veja não apresenta outra forma de encarceramento, onde o jovem mantivesse acesso à educação e à preparação para uma profissão. Manter o preso é mais fácil do que oferecer-lhe conhecimento. Por se manter “isolado” de tudo e de todos é mais do que compreensível que quando o jovem sair da cadeia volte a praticar furtos. A cadeia tem sido uma escola do crime para os detentos aprenderem coisas ruins, principalmente para os jovens.

Ainda relacionado a este ponto há o box da página 69, onde a revista inicia situando o problema das cadeias relacionando-o à superlotação e, mais uma vez, à corrupção dos agentes carcereiros que deixam drogas e celulares entrarem dentro dos presídios. Em relação à solução, Veja aponta para a participação da iniciativa privada: “Enquanto o Estado mantém a direção dos presídios e a tutela formal dos presos, uma empresa assume a responsabilidade por serviços como alimentação, higiene, médicos, psicólogos, atividades de lazer e segurança” (VEJA, 26/10/2005, p. 69).

A terceira medida para redução da criminalidade apontada por Veja consiste em “fechar os bares mais cedo e formar polícias comunitárias” (VEJA, 26/10/2005, p. 68). Veja destaca uma pesquisa feita em 2002, pela prefeitura de Diadema na grande São Paulo, que mostrou que 60% dos homicídios ocorriam próximo a bares, locais de bebedeiras e tráfico de drogas. Com a lei seca

instituída no mesmo ano, que estabelecia o funcionamento dos bares das 6 horas da manhã até 11 horas da noite, houve uma redução de 68% dos homicídios em cinco anos, mencionou Veja. Outra medida foi o investimento em policiamento comunitário, cuja função é inibir infração de menores praticantes de vandalismo e violência doméstica. Em sua menção, o prefeito de Diadema José de Filippi Junior argumenta, “Muita gente do meu partido, o PT, acha que os projetos sociais, sozinhos, reduzem a criminalidade, o que não é verdade. É preciso colocar nas ruas policiais preparados” (VEJA, 26/10/2005, p. 68).

Veja aponta como a quarta medida “acabar com a corrupção policial para evitar que as armas apreendidas cheguem aos bandidos” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Veja cita que “mais de 10.000 policiais foram denunciados por algum tipo de crime ou má conduta no Estado de São Paulo” (VEJA, 26/10/2005, p. 70), representando quase 10% do efetivo. Veja destaca que no Rio de Janeiro, um em cada quatro policiais militares foi acusado de cometer delitos, como abuso de autoridade, homicídios e sequestros. Para Veja a desonestidade e o excesso de violência corroem a confiança da população na polícia, que deveria garantir a segurança, mencionando as palavras do coronel José Vicente da Silva “A corrupção destrói os alicerces da polícia” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Continua dizendo “Quando os agentes se vendem aos bandidos, fica quase impossível colocar os chefes das organizações criminosas na cadeia” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Através do sistema corrupto as armas retornam às mãos dos bandidos, além do dinheiro e drogas que somem dos depósitos policiais, e dos presos que escapam sem se saber como. Para resolver o problema, Veja sugere o fortalecimento das corregedorias e ouvidorias, órgãos responsáveis pela investigação das denúncias contra policiais (VEJA, 26/10/2005, p. 70).

A quinta medida apontada por Veja, sugere “aparelhar e treinar a polícia” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Para Veja “a polícia brasileira é uma das mais ineficientes do mundo” (VEJA, 26/10/2005, p. 70), ressaltando que 97% dos crimes ficam sem solução. A razão apontada por seu fraco desempenho, seriam “falhas no recolhimento das provas deixadas na cena do crime” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Veja aponta a sofisticação da polícia europeia e dos Estados Unidos, onde se utiliza análise de DNA e impressões digitais, para reunir evidências sobre o crime. A base do método de investigação da polícia brasileira



concentra-se nos “interrogatórios de suspeitos e testemunhos” (VEJA, 26/10/2005, p. 70). Veja sugere um maior investimento e treinamento de investigadores e peritos, com “instalação de banco de dados para mapear os crimes e reunir informações sobre os bandidos” (VEJA, 26/10/2005. P.70).

Como sexta solução, Veja aponta a necessidade de “aumentar a eficiência da justiça” (VEJA, 26/10/2005, p. 72). Veja argumenta que “um processo judicial no Brasil demora em média doze anos para ser concluído” (VEJA, 26/10/2005, p. 72), compara a eficiência da justiça estadunidense mencionando que, “Nos Estados Unidos somente, quatro meses” (VEJA, 26/10/2005, p. 72). Ressalta ainda que de cada 100 processos encaminhados ao Judiciário, apenas quarenta tem seu julgamento no mesmo ano. O advogado René Dotti, professor de direito penal da Universidade Federal do Paraná menciona que “Os processos demoram tanto tempo para ser concluídos e julgados que no meio do caminho as provas são perdidas, testemunhas acabam morrendo, e o criminoso sai ileso porque os crimes prescreveram” (VEJA, 26/10/2005, p. 72), responsabilizando em parte, falhas nas investigações policiais, que levam em média sete anos para serem concluídas (VEJA, 26/10/2005, p. 72).

A sétima medida para redução da criminalidade apontada por Veja consiste em “combater o consumo de drogas” (VEJA, 26/10/2005, p. 72), argumentando que, “a experiência mostra que reprimir o consumo de drogas é mais barato e eficiente do que gastar todas as energias no combate ao narcotráfico” (VEJA, 26/10/2005, p. 72).

Veja aponta “soluções testadas e aprovadas”, para acabar com a criminalidade, como se fossem métodos incontestáveis. É perceptível como a revista aponta responsáveis e procura respostas e soluções imediatas para acabar com a criminalidade. De imediato os principais responsáveis pela criminalidade no Brasil, segundo Veja, recaí sobre a polícia, que a revista qualifica como despreparada e corrupta, generalizando os componentes de uma classe trabalhadora. A exemplo do massacre do Realengo, onde o bullying e o possível envolvimento de Wellington com radicais islâmicos, foram as respostas rápidas para elucidar o crime, sem que se levasse em consideração as razões sociais que são origens de crimes.

## Uma semana depois do ocorrido em Realengo: os motivos do massacre

### O bullying!

Após nos desviarmos um pouco para poder demonstrar com mais concretude a posição de Veja em relação às campanhas de desarmamento, voltemos às notícias veiculadas pela revista em relação ao massacre do Realengo.

O exemplar de Veja do dia 20 de abril de 2011, edição 2213 – praticamente duas semanas depois do ocorrido na escola de Realengo –, apresenta como manchete principal em destaque o anúncio “Abaixo a tirania dos valentões. Porque as escolas não podem mais fingir que o bullying é só problema dos alunos e seus pais”. A capa reproduzimos abaixo:



Figura 4 - VEJA, Ed. 2213, 20/04/2011

A edição de Veja apresentou aquilo que a revista procurou fazer acreditar como sendo as possíveis pistas deixadas pelo assassino do Realengo, representadas em cartas e vídeos, nos quais Veja buscava explicações para situar as razões da extrema violência. A partir destes documentos, a revista constrói a matéria focando a questão do Bullying, mencionando que “Numa série de vídeos que Wellington Menezes de Oliveira gravou enquanto planejava o

ataque, ele disse que ia matar para expiar as humilhações que sofreu no colégio” (VEJA, 20/04/2011, p. 90).

Com o título “O papel dos pais” (VEJA, 20/04/2011, p. 92), Veja aborda a questão do bullying propondo fórmulas educativas para prevenir sua ocorrência, orientando os pais a lidar com o problema. Veja apresenta uma relação de sinais típicos de alunos vítimas de bullying, como “resistência em ir para a escola, dor de cabeça, febre e até taquicardia antes de sair de casa; perda de apetite e insônia; tendência ao isolamento; crises de choro na volta do colégio; queda no desempenho escolar” (VEJA, 20/04/2011, p. 92). Em seguida apresenta tópicos que orientam como proceder nestes casos, entre os quais consta o estímulo do diálogo em família sobre bullying, a comunicação do problema à escola, incentivar a criança a não revidar e orientá-la a procurar um adulto na escola no momento da agressão, e em casos mais graves buscar amparo psicológico (VEJA, 20/04/2011, p. 92). Como discutimos no capítulo anterior, baseados em estudos sobre o bullying como um problema social, podemos perceber que, na verdade, essas soluções propostas por Veja são medidas superficiais e insuficientes para solucionar o problema. A revista propõe medidas educacionais como solução para coibir a prática do bullying, mas não aprofunda a origem social do fenômeno. Veja não busca a partir das causas sociais, identificar as origens do fenômeno e propor práticas mais concretas, afim de reduzir de forma drástica a manifestação deste conflito, que traz prejuízos psíquicos e sociais irreparáveis à crianças e jovens.

## **O Islamismo!**

Na casa onde vivia Wellington Menezes de Oliveira foram encontradas também uma série de cartas e imagens que despertavam questionamentos sobre seu possível envolvimento com grupos extremistas. As cartas teriam “citações ao Corão, aos ataques do World Trade Center e a enigmáticos irmãos” (VEJA, 20/04/2011, p. 94).

Já na primeira edição veiculada pela revista após o massacre, Veja procurou criar esta assimilação entre Wellington e o islamismo. Na já apresentada edição de 13/04/2011, Veja trouxe relatos de familiares que apontariam que Wellington também era admirador do terrorismo islâmico. Interpretando o

islamismo, Veja menciona que “não é o fundamentalismo religioso que leva jovens como Wellington a se identificar com os terroristas, mas o **fascínio por uma forma de suicídio em que se busca notoriedade da pior maneira: pela violência contra inocentes**” (VEJA, 13/04/2011, p. 98. Grifei).

No entanto, mesmo afirmando que o fundamentalismo religioso não necessariamente tem a ver com os casos de terrorismo, a associação do massacre com o islamismo se fez presente na edição seguinte de Veja: “teria ele agido como **braço** de alguma organização extremista islâmica ou mesmo de um **bando terrorista**?” (VEJA, 20/04/2011, p. 94. Grifei). Quando Veja questiona uma possível ação extremista usando o termo “braço”, sugere a possibilidade de Wellington não apenas ser adepto do islã, mas de pertencer a uma ramificação de extremistas islâmicos no Brasil.

Após lançar a hipótese de Wellington ser integrante de alguma organização extremista islâmica, Veja menciona que a divisão antiterror da Polícia Federal não teria encontrado vínculo de Wellington com tais grupos. Os cinco vídeos encontrados na casa de Wellington auxiliaram na elucidação sobre a referência aos mencionados “irmãos”, que seriam todas as vítimas de bullying, como ele. As evidências da polícia apuraram que Wellington agia sozinho, era esquizofrênico: “Ele criava personagens e tentava usurpar-se de personalidades com as quais tomava contato pela internet”, teria relatado o delegado Sérgio Henriques, chefe da Polícia Técnico-Científica à revista Veja. (VEJA, 20/04/2011, p. 95).

Se Veja sabia que a polícia já tinha constatado que Wellington não tinha nenhuma ligação com o islamismo, então por que lançar esta hipótese? Acreditamos que o objetivo dela era criar essa dúvida, visto que Veja em matéria anterior, divulgou a possível presença de grupos radicais islâmicos no Brasil. Por outro lado, o massacre do Realengo serviu para reforçar seu preconceito contra o fundamentalismo islâmico, como já demonstramos nas análises do primeiro capítulo.

Foi intrigante constatar, no levantamento de nossas fontes, que a edição anterior de Veja ao massacre do Realengo, edição do dia 06 de abril de 2011, tratava justamente, da presença de grupos extremistas islâmicos no Brasil. Na capa Veja retratava a imagem de Osama bin Laden e de Khaled Hussein Ali, um dos chefes de propaganda da AL Qaeda de Osama bin Laden, que mora

(morava) em São Paulo. Como manchete central destacava: “A rede do terror no Brasil”, mencionado que “Veja teve acesso a documentos da CIA, FBI, Tesouro Americano, Interpol e Polícia Federal que mostram que os extremistas Islâmicos usam o país como base de operações e **aqui aliciam militantes**. Encontramos e fotografamos cinco deles”. (VEJA, 06/04/2011. Grifei). Segundo o dicionário informal, a expressão “aliciar” indica “Atrair a si; seduzir; conquistar; tornar alguém cúmplice. Oferecer suborno à alguém. Estimular pessoa, ou conjunto de pessoas, a fazer algo”<sup>4</sup>. Ao mencionar a existência de extremistas Islâmicos em nosso país, usando o termo “aliciar”, Veja afirma que grupos fundamentalistas estariam recrutando pessoas no Brasil e se apropriando do nosso país como base de operações. A capa da referida edição reproduzimos abaixo:



Figura 5 - VEJA, Ed. 2211, 06/04/2011.

Já na Carta ao leitor Veja apresenta todo o trabalho desempenhado pela equipe jornalística de Veja para reunir provas para comprovar a presença de extremistas no Brasil. Com o título “No encalço dos terroristas”, a “Carta ao leitor” da respectiva edição de Veja, menciona que,

Em novembro de 2010, o site WikiLeaks divulgou um telegrama diplomático no qual a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília relatava ao departamento de Estado americano que a Polícia Federal brasileira prendia terroristas islâmicos, mas os indiciava por outros crimes (VEJA, 06/04/2011, p. 15).

<sup>4</sup> <http://www.dicionarioinformal.com.br/aliciar/>. Acesso em 28/10/2013.

Segundo o editorial, oito delegados e agentes federais lotados em quatro Estados, foram entrevistados pelo repórter Leandro Coutinho, afim de entrar em contato com os policiais que possuem os dados relatando as ações de extremistas no Brasil. Após conseguir acesso aos documentos, Coutinho comparou-os com as informações fornecidas ao Brasil pelo governo americano e Interpol. Veja menciona que “de uma lista de vinte terroristas, foram selecionados dez nomes sobre os quais existia alguma certeza de que permaneciam no país” (VEJA, 06/04/2011, p. 15). Desse total de nomes, Coutinho e seu companheiro fotógrafo Manuel Marques, efetuaram oito reportagens, localizando cinco.

A revista faz questão de lembrar em seu editorial que, em março de 2003, Veja havia apurado que Osama Bin Laden, chefe da Al Qaeda, teria entrado clandestinamente no Brasil em 1995, destacando uma reportagem exclusiva sobre o desenvolvimento de atividades extremistas no Brasil. Veja culpa nossa legislação por não conter leis que combatam o terrorismo, a revista menciona que, “É por tal motivo que a PF, quando prende um desses ativistas, se vê obrigada a enquadrá-los em crimes de menor gravidade – e conseqüentemente não consegue mantê-los na cadeia” (VEJA, 06/04/2011, p. 15). Para Veja,

A resistência do governo brasileiro em aprovar uma lei contra o terrorismo **tem um componente ideológico**. Se ela fizesse parte do Código Penal, **integrantes de “movimentos sociais”** que promovem atos de **vandalismo** em nome de suas **causas retrógradas**, poderiam ser processados e condenados mais rapidamente (VEJA, 06/04/2011, p. 15. Grifei).

Assim como na matéria sobre o desarmamento, Veja se refere aos movimentos sociais com aspereza e repulsa. Para se referir ao movimento a revista coloca as palavras movimentos sociais entre aspas, como se não concordasse com a denominação. Também utiliza a expressão “retrógradas” e “vandalismo” para se referir ao movimento. No parecer de Veja, há necessidade do governo brasileiro instituir leis que reprimam “movimentos sociais”, por qualificá-los como ideológicos e propagadores de vandalismo. Estas leis uma vez presentes no Código Penal possibilitariam uma ação rápida do governo. A revista reforça seu posicionamento mencionando as palavras do ex-deputado Raul Jungmann: “A Polícia Federal e o governo americano apontam a atuação dos

movimentos sociais como um dos principais impeditivos para um combate mais efetivo ao terror’, diz Jungmann” (VEJA, 06/04/2011, p.96)

A expressão “Movimentos sociais”, utilizada entre aspas pela revista, neste momento não define apenas grupos terroristas, poderia ser qualquer grupo que reivindique seus direitos perante o Estado, como por exemplo, o MST. Veja qualifica como “retrógrados” as aspirações dos movimentos sociais, como se não contribuíssem para as transformações da sociedade. Veja não quer que o MST contribua com transformações sociais, pois em seu posicionamento é contra o Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

A matéria de capa, apresentada como “edição especial” tem o título “A rede – O terror finca bases no Brasil”, fazendo alusão à presença de grupos extremistas islâmicos no Brasil. Na reportagem Veja afirma que a “Polícia Federal tem provas de que a Al Qaeda e outras quatro organizações extremistas usam o país para divulgar propaganda, planejar atentados, financiar operações e aliciar militantes” (VEJA, 06/04/2011).

Nas páginas seguintes Veja destaca “A escalada do mal” (VEJA, 06/04/2011, p. 90), mencionando a partir da investigação da Polícia Federal, que em duas décadas o avanço de grupos extremistas no Brasil já cumpriu quatro estágios, e que o próximo passo poderia ser a realização de atentados. Para investigar a ação dos militantes pertencentes a grupos extremistas que estariam atuando no Brasil, os serviços de inteligência da polícia brasileira descobriu que as lideranças extremistas islâmicas utilizavam a internet para “aliciar” jovens. Tanto é que Veja divulga que quando os policiais começaram a investigar estes computadores, os extremistas espalharam vírus. Dessa forma Veja apresenta “provas de terrorismo na internet” (VEJA, 06/04/2011, p. 90 e 91).

Em relação ao recrutamento de jovens brasileiros para atuarem em grupos extremistas, Veja menciona que, “A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) descobriu que Rabbani já recrutou, pelo menos, duas dezenas de jovens do interior de São Paulo, Pernambuco e Paraná, para cursos de “formação religiosa” em Teerã” (VEJA, 06/04/2011, p. 94). Talvez por isso, na próxima semana, quando do massacre do Realengo, Veja logo associou Wellington com um dos “aliciados” pelos extremistas. E talvez por isso também, no massacre do

Realengo, vão investigar logo de imediato o computador de Wellington, na tentativa de encontrar alguma ligação com os grupos extremistas.

Para Veja o governo está deixando os extremistas viverem sem serem incomodados, mencionando que,

Chegou-se a esta **situação por causa da recusa do governo brasileiro a encarar o terrorismo**. Em 2007, um grupo de deputados tentou regulamentar o artigo constitucional que prevê o crime de terrorismo. Acabou vencido pelo então secretário nacional da Justiça. Pedro Abramovay. “Ele alegava que uma lei antiterror atrairia terroristas”, conta o ex-deputado Raul Jungmann (PPS-PE). Por este raciocínio, ou falta de, o Brasil deveria abolir as leis contra homicídio, roubo e tráfico de drogas. Afinal de contas, elas também incitariam as pessoas a delinquir (VEJA, 06/04/2011, p. 96. Grifei).

Para Veja o governo brasileiro é conivente com a situação da presença de grupos extremistas. Ela não só joga a culpa, como constrói a “notícia” de maneira a praticamente obrigar o governo a combater o terrorismo. Quando Veja menciona que, “Uma das poucas ocasiões em que os terroristas se viram incomodados foi em junho de 2005” (VEJA, 06/04/2011, p. 96), a revista se utiliza da ironia para exigir uma maior atuação do governo, principalmente em relação à aprovação de uma lei que combatesse o terrorismo.

*Veja teria previsto o massacre?*

Na manhã da chacina e nos dias seguintes, as mídias veicularam exaustivamente as mais diversas informações na tentativa de explicar os fatos e os motivos da tragédia. A Veja online (Veja.com) emitiu boletins informativos com intervalos de poucas horas. Como podemos observar, por mais que a revista procure se constituir como um órgão fundamental na “análise mais apurada” dos fatos, Veja procura não se deixar abater pela concorrência, fornecendo no seu veículo digital, rápidas e atualizadas informações para aqueles que querem estar “bem informados”.

Nesta ânsia pela divulgação e esclarecimento dos fatos, no sábado, dia 09 de abril de 2011, três dias após a ocorrência ao atentado praticado por Wellington Menezes de Oliveira, João Cruzeú – participante da Associação de Blogueiros Cristãos e que trabalha com reportagens e assuntos religiosos –, divulgou em seu



blog um artigo intitulado “Massacre do Realengo foi previsto pela Revista Veja Ed. 2211” (CRUZUÉ. 09/04/2011). No artigo divulgado, ele expõe sua análise sobre as possíveis causas detonadoras do massacre do Realengo, baseado nas reportagens divulgadas pela Revista Veja, anterior ao massacre e que analisamos anteriormente. Cruzué inicia o artigo justificando que, como repórter, não tem o “direito de esconder fatos ou manipular resultados para agradar este ou aquele segmento religioso” (CRUZUÉ. 09/04/2011). Menciona que, pelo lado religioso “a verdade tem que ser dita, inclusive, porque estamos diante do primeiro atentado desse tipo no Brasil” (CRUZUÉ. 09/04/2011).

Para construir a “crítica” publicada em seu blog, o autor utilizou a edição de Veja anterior ao atentado do Realengo (Edição 2211 de 06/04/2011), construindo uma análise a partir das reportagens da revista que tratavam da presença de grupos extremistas no Brasil, manifestando seu posicionamento. Cruzué diz não estar diretamente se referindo à questão religiosa, mas ao fato do atentado em si, porque até então os motivos dos assassinatos não estavam elucidados, argumentando que de um modo geral “atos de loucura ou terrorismo não precisam de motivação”, a não ser que os mesmos sejam praticados motivando a busca por publicidade. Cruzué continua sua reflexão dizendo:

Se por um lado parece ter sido um ato isolado de um dia de fúria de um sujeito que poderia ter **muitos parafusos soltos na mente**, não podemos esquecer que a Revista Veja (edição 2211 – 06.04.11) publicou uma reportagem especial – com 09 páginas (pp. 88/96), sobre a existência de extremistas islâmicos no Brasil. (CRUZUÉ, 09/04/ 2011. Grifei).

Para sustentar a ligação de Wellington com grupos extremistas, Cruzué continua sua análise mencionando que “cinco dias depois da revista sair às bancas (sábado e domingo), dia 7 de abril de 2011, um jovem, ligado ao Islã há quase dois anos, irrompe na Escola Estadual Tasso da Silveira, (...) para matar 10 meninas, dois meninos e fere 14 pessoas, e antes de ser morto comete suicídio” (CRUZUÉ. 09/04/2011). O autor do comentário no blog questiona se isto pode ser coincidência, admitindo que sim. Mas aponta que “há uma pequena dúvida no entendimento das autoridades, de que há um componente oculto e ainda

desconhecido” (CRUZUÉ. 09/04/2011). O autor finaliza o artigo com uma pergunta:

a pergunta que faço é: a publicidade do terrorismo islâmico tratada como matéria principal na Revista Veja (edição 2211) da semana passada, acionou algum tipo de gatilho entre o terrorismo islâmico no Brasil, ou foi apenas uma grande coincidência? Difícil dizer, mas sou levado pela intuição a crer na primeira hipótese (CRUZUÉ, 09/04/ 2011).

Apresentamos este artigo neste trabalho pelo fato dele ter nos chamado atenção durante nossas pesquisas na internet em busca de análises que ajudassem a entender o ocorrido. Acreditamos que Cruzuê demonstrou-se equivocado em sua análise, ao mencionar que o “massacre do Realengo foi previsto pela Revista Veja”. Veja mencionava na matéria especial que teve acesso a documentos que comprovariam a presença de grupos extremistas, que estariam usando o Brasil como base de operações para aliciamento de militantes. No entanto, a investigação não confirmou onde os grupos extremistas efetuariam tais operações. Jamais cogitou-se a possibilidade de um atentado terrorista em ambiente escolar, planejado por extremistas islâmicos. Não haveriam justificativas para tal ação. Concluímos que o massacre do Realengo, em relação à matéria anterior ao fato, divulgada por Veja, não passou de uma trágica coincidência.

Além disso, como estamos demonstrando neste trabalho, esta postura contrária e de descaracterização do islamismo não é uma prática nova em Veja. Para sustentar ainda mais nossa análise, apresentamos um gráfico elaborado a partir do nosso levantamento realizado em edições de Veja do ano de 2011, em que demonstramos que Veja abordou exaustivamente matérias sobre países do Oriente Médio, envolvendo islamismo, e ações terroristas de radicais islâmicos ocorridas em vários países.

<b>MATÉRIAS DE VEJA SOBRE ISLAMISMO NO ANO DE 2011</b>				
<b>Data</b>	<b>Edição</b>	<b>Pagina</b>	<b>Manchete</b>	<b>Chamada</b>
02/02/2011	2202	62 - 65	Oriente Médio	Nada pode deter a marcha dos radicais islâmicos rumo ao poder
23/02/2011	2205	64 - 67	Jovens Árabes	A Revolução do Twitter pode afastá-los dos radicais islâmicos?
02/03/2011	2206	74 - 98	Especial Oriente Médio Guia para entender a crise	Ódio religioso A espantosa pregação dos clérigos muçulmanos sobre mulheres e o

				terror
06/04/2011	2211	88 - 93	A rede do terror no Brasil	Veja teve acesso a documentos da CIA, FBI, Tesouro americano, Interpol e Polícia Federal que mostram que extremistas islâmicos usam o país como base de operações e que aqui aliciam militantes. Encontramos e fotografamos cinco deles
20/04/2011	2213	66 - 69	Exclusivo	O terrorista que recruta jovens brasileiros e os doutrina no Irã
11/05/2011	2216	84 - 111	O mundo depois de Bin Laden  Antiamericano  A elite da tropa    Artigo   Demografia   Diversidade  Guia	O terrorista está no fundo do mar, mas suas idéias ainda vivem  A doença psíquica e a "beatificação de Bin Laden"  O papel das forças especiais na guerra contra o terror  Por que Bin Laden foi o maior inimigo do islã  O ritmo de crescimento da população muçulmana é o dobro da média mundial  Os contrastes e a história fascinante do mundo islâmico  A religião de Maomé em 17 perguntas e respostas
07/09/2011	2233	106 - 149	Especial de 11 de setembro, dez anos depois	Em 31 páginas como o fundamentalismo islâmico inaugurou a era do medo

Tabela 1 - Levantamento matérias de Veja sobre Islamismo em 2011

Como podemos perceber na tabela acima, Veja vinha de longa data apresentando matérias sobre a ação de grupos extremistas, não somente em outros países, mas também em nosso país. Por isso, o fato da matéria de Veja anterior ao massacre do Realengo tratar do islamismo, concretiza-se como mera coincidência. O fato de a matéria anterior ser sobre o islamismo, suas redes no Brasil e formas de recrutamento de jovens, só nos ajuda a entender a postura de Veja em identificar, logo de imediato, relações entre Wellington e esta rede.

Assim como na questão do desarmamento, Veja não constrói consenso apenas através de uma matéria tratando do assunto. Ela vai fazendo isso aos

poucos, a conta-gotas, muitas vezes de maneira discreta e camuflada. Esperamos ter conseguido demonstrar algumas formas de atuação de Veja neste trabalho.

## CONCLUSÕES FINAIS

O massacre do Realengo despertou várias indagações sobre o comportamento humano e suas razões. Com os avanços tecnológicos da atualidade, é possível que em poucos minutos tomemos conhecimento do que se passa na mais distante cidade. No entanto, não saberemos se aquilo que ouvimos confere com a realidade dos fatos ocorridos. Neste sentido, a tarefa do historiador é de investigar os fatos para trazer possíveis conclusões sobre o evento ocorrido.

Em nosso trabalho de Monografia priorizamos investigar a forma como a mídia divulgou a violência no espaço escolar. Violência especificamente mais conhecida como bullying. Aprofundamos o tema em questão, orientados por vários autores, empenhados em debater as origens sociais e econômicas detonadoras da violência em escolas.

O tema discutido neste trabalho trouxe-nos indagações como: quais os fatores que originam a violência no espaço escolar? Investir na educação seria suficiente para solucionar o problema? As reflexões produzidas pelos autores que nortearam o presente trabalho vão além de programas de educação para a solução da violência no espaço escolar, focando suas origens nas desigualdades sociais, e nos padrões sociais de comportamento estabelecidos como corretos. Concluimos que as ações violentas refletidas nas atitudes das crianças e jovens, que se desenvolvem no ambiente social, são construídas a partir da estrutura da sociedade e no espaço familiar, que seguem um padrão de comportamento estabelecido, que excluem aos que não se enquadram nos padrões de comportamento a serem seguidos.

Destacamos como os casos de massacres em escolas são explorados pelos setores midiáticos, e como a imprensa atua na caracterização do criminoso. Na ocorrência de chacinas como as do Realengo, a mídia de imediato procura apontar os culpados e os motivos detonadores de tais atrocidades. Entre os vários motivos atribuídos para o massacre de Realengo, culpam-se os jogos eletrônicos, como se não houvesse outros motivos de ordem social responsável.

Entre as explicações imediatas como causas do massacre do Realengo levantadas pela Veja, foi a hipótese de Wellington Menezes de Oliveira ser adepto

da religião islâmica. Neste sentido, procuramos investigar o posicionamento da revista em relação ao islamismo, visto que a investigação policial não confirmou o envolvimento de Wellington com tais grupos. Em nossa pesquisa constatamos que anteriormente ao massacre do Realengo, Veja vinha desenvolvendo matérias sobre ações de grupos extremistas islâmicos no exterior e no Brasil, motivando a associação dos fatos. Além de constatar nos menções da autora Carla Silva e de Wellington Figueiredo, que Veja vem de longa data dirigindo um discurso preconceituoso sobre o mundo islâmico. Por haverem grupos que praticam atos extremistas dentro do Islã, a revista generaliza a cultura e ideologia de um povo, que em sua maioria busca a paz.

Veja utilizou o massacre do Realengo para discutir a questão do desarmamento. Por isso, incluímos a discussão sobre a questão do porte de armas, com o intuito de investigar o posicionamento de Veja. E para isso, analisamos as edições 1925, do dia 5 de outubro de 2005, e a edição 1928, do dia 26 de outubro de 2005, datas anterior e posterior ao referendo que visava proibir a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. Percebemos que a revista aproveitou o momento de tragédia para formular e incutir na concepção dos seus leitores, seus projetos sociais.

Concluimos que a revista se posicionou contra a proibição do comércio de armas, pelo fato de algumas das empresas que anunciam em Veja são, direta ou indiretamente, ligadas a este setor. Veja colocou-se como a mais indicada para dizer qual seria o melhor resultado para o referendo. Seus argumentos procuraram legitimar seu posicionamento em relação à defesa ao desarmamento, desqualificando e culpando a polícia pela criminalidade no Brasil, sem problematizar as desigualdades sociais como causas da criminalidade.

A atitude de Veja sobre a questão do desarmamento confirma a menção de Carla Silva, quando a autora apontou a revista como instrumento de dominação, influenciando os rumos da história do Brasil. Veja se apresenta como neutra, mas de forma pedagógica influencia a opinião de seus leitores na busca por formular políticas e projetos, atuando diretamente nos rumos da sociedade brasileira.

Para reforçar nosso posicionamento em relação ao preconceito com que Veja trata o islamismo, destacamos um artigo do blog de João Cruzeiro, em que o mesmo menciona, que o “massacre do Realengo foi previsto pela Revista Veja”,

tentando confirmar uma ação terrorista. Cruzeú orientou-se pela edição anterior de Veja, ao massacre do Realengo, em que a revista mencionava na matéria especial, que teve acesso a documentos que comprovariam a presença de grupos extremistas, que estariam usando o Brasil como base de operações para aliciamento de militantes.

A revista não confirmou onde os grupos extremistas efetuariam tais operações, nem mesmo cogitou a possibilidade de um atentado terrorista em ambiente escolar. Ao nosso parecer não haveria justificativas para um atentado em ambiente escolar.

Concluimos que o fato da matéria de Veja anterior ao massacre do Realengo tratar do islamismo, concretiza-se como mera coincidência. O fato de a matéria anterior ser sobre o islamismo, suas redes no Brasil e formas de recrutamento de jovens, só nos ajuda a entender a postura de Veja em identificar, logo de imediato, relações entre Wellington e esta rede. Assim como na questão do desarmamento, Veja não constrói consenso apenas através de uma matéria tratando do assunto. Ela vai fazendo isso aos poucos, e muitas vezes de maneira discreta e camuflada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARBEX JR, José. **Showrnalismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa amarela, 2001. 3º Ed. agosto de 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia – violência urbana no noticiário da imprensa**. Brasiliense. São Paulo – Brasil, 1983.

CRUZ, Fábio Souza da. **Mídia e “Violência”: A pedagogia crítica como agente libertador da cultura**. RP on Line, Pelotas/RS, 2004.

FACHINETTO, Rachele Fellini. Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares”. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org). **A violência na sociedade contemporânea**. Ed. PUCRS. Porto Alegre: 2010.

FIGUEIREDO, Wellington dos Santos. **A cobertura do terror e o terror da cobertura – Atentados de 11 de setembro de 2001**. Universidade Estadual Paulista “Julho de Mesquita Filho”. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru/SP outubro/2007.

MASSARO, Camila Marcondes. Desemprego, repressão e criminalização social no Brasil: violência e encarceramento em massa. In: **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 119 – Abril de 2011. Dossiê – Movimentos sociais e poder popular. ISSN 1519 – 6186 Ano X.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**/Sylvia Moretzsohn. – Rio de Janeiro: Revan: 2002.

PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. In: **Anos 90**, Porto alegre, V. 11, nº 19/20, p. 199/223, jan/dez. 2004.

PADRÓS, Enrique. Tempos de Barbárie e Memória. In: **Contrapontos**. P. Alegre. Folha da História. 1999.

RAMONET, Ignacio. **A Tirania da Comunicação**. 3º Edição. Vozes. Petrópolis, RJ: 2004.

RODRIGUES, Gabriela. História: uma ciência do presente. In: **Contrapontos**. P. Alegre. Folha da História. 1999.

SANOTO, Alex Sander. GRANDO, Guilherme Dotti. CARVALHO, Joselene, Ieda dos Santos Lopes, INOCÊNCIO, Vânia. FANO, Lucas Blank. TAZINAFFO, Lúcio Fellini. OLIVEIRA, Marcos da Silva de. SARTORI, Paulo Roberto da Costa. Massacres em escolas: um olhar crítico sobre a abordagem midiática. In:



**Observatório do Mundo Contemporâneo.** 05/2011 Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/observatorio/>. Consulta realizada em 22/07/2013.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **O “admirável Mundo” de Veja:** Influências sociais de uma revista de informação – Universidade Federal Fluminense, Brazil. História Actual Online 2008.

SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal.** (1989 a 2002). (v. 1 e 2 ) Tese de Doutorado. Centro de estudos gerais. Instituto de Ciências Humanas e Pós-Graduação em história. UFF/UNIOESTE. Niterói, 2005.

#### **Sítios eletrônicos:**

RAMOS, Ana Flávia C. **Nenhuma escola é ilha.** É preciso encarar os “monstros”, com franqueza, e não apenas “satanizar” o ambiente escolar, para dar significado a tragédias como a ocorrida na escola do Rio. Publicado em: 11/04/2011 <http://www.cartacapital.com.br/politica/nenhuma-escola-e-ilha/>. Acessado em: 25/07/2013

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-tiro-que-nao-saiu-pela-culatra>. Acessado em 09/08/2013.

Dados do Site da Fundação Civita. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/victor-civita.shtml>, Acessado em 16/11/2012.

CRUZUÉ, João. **O massacre do Rio foi previsto cinco dias antes na Revista Veja.** 09/04/2011. Disponível em: <http://blogueiroscristao.blogspot.com.br/2011/04/massacre-de-realengo-foi-previsto-pela.html>. Acessado em 24/08/2013

veja.com Disponível em: <http://veja.abril.com.br/tema/massacre-em-realengo/arquivo>. Acessado em 22/09/2012.

Desajustados – Dicionário inFormal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/desajustados/>. Acessado em 30/08/2013

Aliciar - Dicionário inFormal. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/aliciar/>. Acessado em 30/08/2013

Referendo 2005. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-2005>. Acessado em 14/09/2013